

ESCOLA SECUNDÁRIA ALVES MARTINS
Desde 1849 ao Serviço do Ensino Público em Viseu



Regulamento Interno

2012

2013



ESCOLA SECUNDÁRIA ALVES MARTINS
Desde 1849 ao Serviço do Ensino Público em Viseu



Regulamento Interno

Aprovado na Reunião do Conselho Geral de 12/12/2012

A equipa de trabalho: Alda Cristina Franco; Arminda Lopes; Aníbal Santos; Artur Modesto; Rogério Silva; Susana Borges

PREÂMBULO	1
CAPÍTULO I	2
DISPOSIÇÕES GERAIS	2
ÂMBITO DE APLICAÇÃO	2
FUNCIONAMENTO	2
ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	2
CAPÍTULO II.....	2
ÓRGÃOS	2
SECÇÃO	2
CONSELHO GERAL	2
<i>Composição</i>	<i>2</i>
<i>Competências.....</i>	<i>3</i>
<i>Mandato</i>	<i>4</i>
SECÇÃO II	4
DIRETOR.....	4
<i>Competências.....</i>	<i>4</i>
<i>Mandato</i>	<i>5</i>
SUBDIRETOR E ADJUNTOS DO DIRETOR.....	6
ASSESSORIA DA DIREÇÃO	6
SECÇÃO III.....	7
CONSELHO PEDAGÓGICO	7
ARTIGO 12.º	7
DEFINIÇÃO	7
O CONSELHO PEDAGÓGICO É O ÓRGÃO DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA E ORIENTAÇÃO EDUCATIVA DA ESCOLA, NOMEADAMENTE NOS DOMÍNIOS PEDAGÓGICO-DIDÁTICO, DA ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ALUNOS E DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTÍNUA DO PESSOAL DOCENTE	7
CONSELHO ADMINISTRATIVO	8
CAPÍTULO III	9
PROCESSO ELEITORAL	9
SECÇÃO I.....	9
CONSELHO GERAL	9
<i>Subsecção I.....</i>	<i>9</i>
<i>Pessoal docente.....</i>	<i>9</i>
<i>Subsecção II.....</i>	<i>11</i>
<i>Pessoal não docente.....</i>	<i>11</i>
<i>Subsecção III.....</i>	<i>12</i>
<i>Alunos.....</i>	<i>12</i>
<i>Subsecção IV.....</i>	<i>13</i>
<i>Pais e Encarregados de Educação.....</i>	<i>13</i>
<i>Subsecção V.....</i>	<i>14</i>
<i>Autarquia local.....</i>	<i>14</i>
<i>Subsecção VI.....</i>	<i>14</i>
<i>Comunidade local.....</i>	<i>14</i>
SECÇÃO III.....	14
DIRETOR.....	14
CAPÍTULO IV.....	15
ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO EDUCATIVA E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA	15
SECÇÃO I.....	16
ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO EDUCATIVA.....	16
<i>Subsecção I</i>	<i>16</i>
<i>Departamento curricular</i>	<i>16</i>
DIREÇÃO DE INSTALAÇÕES	19
COMPETÊNCIAS	19

<i>Subsecção II</i>	19
<i>Conselho de diretores de turma</i>	19
<i>Coordenador de diretores de turma de Ciclo/Ano</i>	20
<i>Subsecção III</i>	21
<i>Conselho de turma</i>	21
<i>Diretor de turma</i>	22
<i>Subsecção V</i>	24
<i>Centro novas oportunidades</i>	24
<i>Subsecção VI</i>	25
<i>Conselho de coordenadores pedagógicos de turma</i>	25
<i>Subsecção VII</i>	27
<i>Conselho de mediadores dos cursos de educação e formação de adultos</i>	27
SECÇÃO II	31
SERVIÇOS TÉCNICO-PEDAGÓGICOS	31
<i>Definição e objeto</i>	31
OBJETIVOS.....	33
PROFESSOR BIBLIOTECÁRIO.....	33
EQUIPA DA BIBLIOTECA ESCOLAR.....	34
DELEGADO DE TURMA.....	39
DEVERES DO DELEGADO DE TURMA.....	40
DEVERES DO SUBDELEGADO DE TURMA.....	40
ARTIGO 87.º.....	42
VIOLAÇÃO DOS DEVERES DOS ALUNOS.....	42
SECÇÃO III.....	43
PROCESSO INDIVIDUAL.....	43
ARTIGO 88.º.....	43
PROCESSO INDIVIDUAL DO ALUNO.....	43
VALORIZAÇÃO DO MÉRITO.....	53
VISITAS DE ESTUDO.....	54
PROCESSO INDIVIDUAL DO ALUNO.....	54
DIREITOS DO PESSOAL NÃO DOCENTE.....	55
ASSEMBLEIA DE PESSOAL NÃO DOCENTE.....	55
DEVERES DO PESSOAL NÃO DOCENTE.....	55
DIREITOS E DEVERES DOS PAIS.....	56
ASSOCIAÇÃO DE PAIS.....	57
CAPÍTULO VII	58
OUTRAS DISPOSIÇÕES	58
ACESSO E UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES PELA COMUNIDADE ESCOLAR.....	58
ACESSO E UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES POR OUTROS ELEMENTOS NÃO PERTENCENTES À COMUNIDADE ESCOLAR.....	58
CAPÍTULO VIII	58
SUPORTES INFORMÁTICOS	58
ATAS.....	58
CARTÃO ELETRÓNICO.....	58
CAPÍTULO IX	59
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	59
REVISÃO DO REGULAMENTO.....	59
ENTRADA EM VIGOR.....	59
NORMAS SUPLETIVAS.....	59
CONSELHO GERAL.....	61
CANDIDATOS – PESSOAL DOCENTE.....	61
PROponentes.....	61
CONSELHO GERAL.....	62
CANDIDATOS – PESSOAL NÃO DOCENTE.....	62
PROponentes.....	62
CONSELHO GERAL.....	63
CANDIDATOS – ALUNOS.....	63
PROponentes.....	63

PREÂMBULO

O D.L. n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2012-07-02, do Ministério da Educação e Ciência aprova o regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. O Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2012-07-02, mantém os órgãos de administração e gestão, mas reforça a competência do Conselho Geral enquanto órgão de representação dos agentes de ensino, dos pais e encarregados de educação e da comunidade local, designadamente de instituições, organizações de carácter económico, social, cultural e científico. Adicionalmente, procede ao reajustamento do processo eleitoral do diretor, conferindo-lhe maior legitimidade através do reforço da exigência dos requisitos para o exercício da função e, por outro lado, consagram-se mecanismos de responsabilização no exercício de cargos de direção, de gestão e de gestão intermédia. Com a nova constituição do conselho pedagógico confere-se-lhe um carácter estritamente profissional, confinando a sua constituição a docentes. De realçar ainda a legitimidade eleitoral conferida aos coordenadores de departamento. O regulamento interno constitui-se como o documento que enquadra, na Escola Secundária Alves Martins (ESAM), o respetivo regime de funcionamento, o de cada um dos seus órgãos de administração e gestão, bem como das estruturas de orientação educativa e serviços especializados de apoio. O Regulamento Interno dispõe, ainda, sobre os direitos e deveres dos alunos, utilização das instalações e equipamentos, acesso às instalações e espaços escolares, reconhecimento/valorização do mérito, dedicação e esforço escolar, bem como do desempenho de ações meritórias em favor da comunidade em que o aluno está inserido ou da sociedade em geral, praticadas na escola ou fora dela. Neste âmbito incumbe às escolas incrementar adaptações regulamentares a plasmar em regulamento interno. Neste importa consagrar a definição de opções organizacionais e disciplinares próprias que, no âmbito da sua autonomia, lhes compete concretizar, assumindo assim o “poder-dever” que a lei lhes comete. A revisão ora operada visa adaptar o Regulamento Interno ao novo Estatuto do Aluno (Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro) agora denominado Estatuto do Aluno e Ética Escolar e pretende refletir o contributo dos ensinamentos colhidos na vigência do anterior Estatuto, bem como os resultantes do processo de auscultação da comunidade escolar. O que agora regulamentado fica não prejudica, como é óbvio, a aplicação das disposições de carácter imperativo ou supletivo vigentes, designadamente as atinentes à organização pedagógica da escola, normas de procedimento administrativo e direito adjetivo disciplinar.

Assim, nos termos conjugados do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 13.º do D.L. n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 20 de julho, o conselho geral da E.S.A.M., reunido em sessão de 12/12/2012, aprova o seguinte:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

O disposto no presente regulamento aplica-se na Escola Secundária Alves Martins, em Viseu, com as alterações a introduzir nos termos do artigo 115.º do presente regulamento.

Artigo 2.º

Funcionamento

1. A Escola Secundária Alves Martins é um estabelecimento de ensino oficial que leciona o terceiro ciclo do ensino básico, ensino secundário, cursos de educação e formação de adultos (EFA), unidades de formação de curta duração, ou outras ofertas formativas a que possa vir a candidatar-se.
2. A escola funciona em unidades letivas de cinquenta minutos, decorrendo as aulas das 8h30 às 13h25 e das 13h30 às 18h25 de segunda a sexta-feira. As ofertas educativas destinadas a adultos funcionam, predominantemente, em horário pós-laboral (19h15-24h00).

Artigo 3.º

Administração e gestão

São órgãos de administração e gestão desta escola os seguintes:

- a) O conselho geral;
- b) O diretor;
- c) O conselho pedagógico;
- d) O conselho administrativo.

CAPÍTULO II

ÓRGÃOS

Secção

I

Conselho Geral

Artigo 4.º

Composição

O conselho geral é constituído pelos seguintes membros:

- a) 8 representantes do pessoal docente;
- b) 2 representantes dos alunos, maiores de 16 anos;

- c) 2 representantes do pessoal não docente;
- d) 4 representantes dos pais e encarregados de educação;
- e) 2 representantes do município;
- f) 3 representantes da comunidade local.

Artigo 5.º

Competências

1. Ao conselho geral compete:
 - a) Eleger o respetivo presidente, de entre os seus membros, à exceção dos representantes dos alunos;
 - b) Eleger o diretor nos termos dos artigos 21º a 23º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril;
 - c) Aprovar o projeto educativo da escola, acompanhar e avaliar a sua execução;
 - d) Aprovar o regulamento interno da escola;
 - e) Aprovar os planos anuais e plurianuais de atividades;
 - f) Apreciar os relatórios periódicos e aprovar o relatório final de execução do plano anual de atividades;
 - g) Aprovar as propostas de contratos de autonomia;
 - h) Definir as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento;
 - i) Definir as linhas orientadoras do planeamento e execução, pelo diretor, das atividades no domínio da ação social escolar;
 - j) Aprovar o relatório de contas de gerência;
 - k) Apreciar os resultados do processo de autoavaliação;
 - l) Pronunciar-se sobre os critérios de organização dos horários;
 - m) Acompanhar a ação dos demais órgãos de administração e gestão;
 - n) Promover e incentivar o relacionamento com a comunidade educativa;
 - o) Definir os critérios para a participação da escola em atividades pedagógicas, científicas, culturais e desportivas;
 - p) Dirigir recomendações aos restantes órgãos, tendo em vista o desenvolvimento do projeto educativo e o cumprimento do plano anual de atividades;
 - q) Participar, nos termos definidos em diploma próprio, no processo de avaliação do desempenho do diretor;
 - r) Decidir os recursos que lhe são dirigidos;
 - s) Aprovar o mapa de férias do diretor;
 - t) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no presente regulamento.
2. O presidente é eleito por maioria absoluta dos votos dos membros do conselho geral em efetividade de funções.
3. No desempenho das suas competências, o conselho geral tem a faculdade de requerer aos restantes órgãos as informações necessárias para realizar eficazmente o acompanhamento e a avaliação do

funcionamento da escola e de lhes dirigir recomendações, com vista ao desenvolvimento do projeto educativo e ao cumprimento do plano anual de atividades.

4. O conselho geral pode constituir no seu seio uma comissão permanente, na qual pode delegar as competências de acompanhamento da atividade da escola entre as suas reuniões ordinárias.
5. A comissão permanente constitui-se como uma fração do conselho geral, respeitada a proporcionalidade dos corpos que nele têm representação.

Artigo 6.º

Mandato

1. O mandato dos membros do conselho geral tem a duração de quatro anos, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.
2. O mandato dos representantes dos pais e encarregados de educação e dos alunos tem a duração de dois anos escolares.
3. Os membros do conselho geral são substituídos no exercício do cargo se, entretanto, perderem a qualidade que determinou a respetiva eleição ou designação.
4. As vagas resultantes da cessação do mandato dos membros eleitos são preenchidas pelo primeiro candidato não eleito, segundo a respetiva ordem de precedência na lista a que pertencia o titular do mandato, com respeito pela conversão dos votos em mandatos, de acordo com o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.

Secção II

Diretor

Artigo 7.º

Definição

O diretor é o órgão de administração e gestão da escola nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial.

Artigo 8.º

Competências

1. Ao diretor compete:
 - a) Submeter à aprovação do conselho geral o projeto educativo elaborado pelo conselho pedagógico;
 - b) Elaborar e submeter à aprovação do conselho geral, ouvido o conselho pedagógico:
 - i. As alterações ao regulamento interno;
 - ii. Os planos anual e plurianual de atividades;
 - iii. O relatório anual de atividades;
 - iv. As propostas de celebração de contratos de autonomia;

- c) Aprovar o plano de formação e de atualização do pessoal docente e não docente, ouvido, no último caso, o município.
 - d) Definir o regime de funcionamento da escola;
 - e) Elaborar o projeto de orçamento, em conformidade com as linhas orientadoras definidas pelo conselho geral;
 - f) Superintender na constituição de turmas e na elaboração de horários;
 - g) Distribuir o serviço docente e não docente;
 - h) Propor os candidatos ao cargo de coordenador de departamento curricular e designar os diretores de turma;
 - i) Planear e assegurar a execução das atividades no domínio da ação social escolar, em conformidade com as linhas orientadoras definidas pelo conselho geral;
 - j) Gerir as instalações, espaços e equipamentos, bem como os outros recursos educativos;
 - k) Estabelecer protocolos e celebrar acordos de cooperação ou de associação com outras escolas e instituições de formação, autarquias e coletividades, em conformidade com os critérios definidos pelo conselho geral nos termos da alínea o) do artigo 5º do regulamento interno;
 - l) Proceder à seleção e recrutamento do pessoal docente, nos termos dos regimes legais aplicáveis;
 - m) Assegurar as condições necessárias à realização da avaliação do desempenho do pessoal docente e não docente, nos termos da legislação aplicável.
 - n) Dirigir superiormente os serviços administrativos, técnicos e técnico-pedagógicos.
 - o) Representar a escola;
 - p) Exercer o poder hierárquico em relação ao pessoal docente e não docente;
 - q) Exercer o poder disciplinar em relação aos alunos;
 - r) Intervir nos termos da lei no processo de avaliação de desempenho do pessoal docente;
 - s) Proceder à avaliação de desempenho do pessoal não docente;
 - t) Exercer as demais competências que lhe estão cometidas na lei e no regulamento interno.
2. O diretor exerce ainda as competências que lhe forem delegadas pela administração educativa.
 3. O diretor pode delegar e subdelegar no subdiretor e nos adjuntos as competências referidas nos números anteriores, nos termos da lei.
 4. Nas suas faltas e impedimentos, o diretor é substituído pelo subdiretor.

Artigo 9.º

Mandato

1. O mandato do diretor tem a duração de quatro anos.
2. Até 60 dias antes do termo do mandato do diretor, o conselho geral delibera sobre a recondução do diretor ou a abertura do procedimento concursal tendo em vista a realização de nova eleição.
3. A decisão de recondução do diretor é tomada por maioria absoluta dos membros do conselho geral em

efetividade de funções, não sendo permitida a sua recondução para um terceiro mandato consecutivo.

4. Não é permitida a eleição para um quinto mandato consecutivo ou durante o quadriênio imediatamente subsequente ao termo do quarto mandato consecutivo.
5. Não sendo ou não podendo ser aprovada a recondução do diretor de acordo com o disposto nos números anteriores, abre-se o procedimento concursal tendo em vista a eleição do diretor, nos termos do artigo 37º.
6. O mandato do diretor pode cessar:
 - a) A requerimento do interessado, dirigido ao diretor geral da Administração Escolar, com a antecedência mínima de 45 dias, fundamentado em motivos devidamente justificados;
 - b) No final do ano escolar, por deliberação do conselho geral aprovada por maioria de dois terços dos membros em efetividade de funções, em caso de manifesta desadequação da respetiva gestão, fundada em factos comprovados e informações devidamente fundamentadas, apresentados por qualquer membro do conselho geral;
 - c) Na sequência de processo disciplinar que tenha concluído pela aplicação de sanção disciplinar de cessação da comissão de serviço, nos termos da lei.
7. A cessação do mandato do diretor determina a abertura de um novo procedimento concursal.

Artigo 10.º

Subdiretor e adjuntos do diretor

1. O diretor é coadjuvado no exercício das suas funções por um subdiretor e por adjuntos, de acordo com a legislação em vigor.
2. O subdiretor e os adjuntos são nomeados pelo diretor de entre docentes do quadro de escola que contem pelo menos cinco anos de serviço e se encontrem em exercício de funções na escola.
3. Os mandatos do subdiretor e dos adjuntos têm a duração de quatro anos e cessam com o mandato do diretor.
4. O subdiretor e os adjuntos podem ser exonerados a todo o tempo por decisão fundamentada do diretor.
5. O mandato do subdiretor e dos adjuntos pode cessar a todo o tempo, a pedido do interessado, devidamente fundamentado, e dirigido ao diretor, que decidirá.

Artigo 11.º

Assessoria da direção

1. Para apoio à atividade do diretor e mediante proposta deste, o conselho geral pode autorizar a constituição de assessorias técnico-pedagógicas, para as quais são designados docentes em exercício de funções na escola.
2. Os critérios para a constituição e dotação das assessorias referidas no número anterior são definidos por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, em função da população escolar e do tipo e regime de funcionamento da escola.

Secção III

Conselho Pedagógico

Artigo 12.º

Definição

O conselho pedagógico é o órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa da escola, nomeadamente nos domínios pedagógico-didático, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente.

Artigo 13.º

Composição

O conselho pedagógico é constituído pelos seguintes membros:

- a) Diretor;
- b) 11 coordenadores de departamento curricular;
- c) 2 representantes dos serviços técnico-pedagógicos;
- d) 2 coordenadores dos diretores de turma;
- e) 1 representante de outras ofertas formativas;

Artigo 14.º

Competências

Ao conselho pedagógico compete:

- a) Elaborar a proposta de projeto educativo a submeter pelo diretor ao conselho geral;
- b) Apresentar propostas para a elaboração do regulamento interno e dos planos anual e plurianual de atividade e emitir parecer sobre os respetivos projetos;
- c) Emitir parecer sobre as propostas de celebração de contratos de autonomia;
- d) Elaborar e aprovar o plano de formação e de atualização do pessoal docente;
- e) Definir critérios gerais nos domínios da informação e da orientação escolar e vocacional, do acompanhamento pedagógico e da avaliação dos alunos;
- f) Propor aos órgãos competentes a criação de áreas disciplinares ou disciplinas de conteúdo regional e local, bem como as respetivas estruturas programáticas;
- g) Definir princípios gerais nos domínios da articulação e diversificação curricular, dos apoios e complementos educativos e das modalidades especiais de educação escolar;
- h) Adotar os manuais escolares, ouvidos os departamentos curriculares;
- i) Propor o desenvolvimento de experiências de inovação pedagógica e de formação, no âmbito da escola e em articulação com instituições ou estabelecimentos do ensino superior vocacionados para a

formação e a investigação;

- j) Promover e apoiar iniciativas de natureza formativa e cultural;
- k) Definir os critérios gerais a que deve obedecer a elaboração dos horários;
- l) Definir os requisitos para a contratação de pessoal docente, de acordo com o disposto na legislação aplicável;
- m) Propor mecanismos de avaliação dos desempenhos organizacionais e dos docentes, bem como da aprendizagem dos alunos, credíveis e orientados para a melhoria da qualidade do serviço de educação prestado e dos resultados das aprendizagens;
- n) Participar, nos termos regulamentados em diploma próprio, no processo de avaliação do desempenho docente.
- o) Exercer as demais competências que lhe estão cometidas na lei e no regulamento interno.

Artigo 15.º

Funcionamento

1. O conselho pedagógico reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que seja convocado pelo respetivo presidente, por sua iniciativa, a requerimento de um terço dos seus membros em efetividade de funções ou sempre que um pedido de parecer do conselho geral ou do diretor o justifique.
2. O presidente do conselho pedagógico pode solicitar a participação, sem direito a voto, dos serviços administrativos, técnicos, pessoal não docente e demais estruturas sempre que considere útil a sua presença.
3. Os serviços administrativos, técnicos, pessoal não docente e demais estruturas podem solicitar, quando oportuno, a sua participação no conselho pedagógico, cabendo a este órgão o seu deferimento.

Artigo 16.º

Mandato

1. O mandato dos membros do conselho pedagógico tem a duração de quatro anos.
2. Os membros do conselho pedagógico por inerência de funções cessam os respetivos mandatos logo que percam a qualidade que a determinou.

Secção IV

Conselho Administrativo

Artigo 17.º

Definição

O conselho administrativo é o órgão deliberativo em matéria administrativo-financeira da escola, nos termos

da legislação em vigor.

Artigo 18.º

Composição

O conselho administrativo tem a seguinte composição:

- a) O diretor, que preside;
- b) O subdiretor ou um dos adjuntos do diretor, por ele designado para o efeito;
- c) O chefe dos serviços administrativos, ou quem o substitua.

Artigo 19.º

Competências

Ao conselho administrativo compete:

- a) Aprovar o projeto de orçamento anual da escola, em conformidade com as linhas orientadoras definidas pelo conselho geral;
- b) Elaborar o relatório de contas de gerência;
- c) Autorizar a realização de despesas e o respetivo pagamento, fiscalizar a cobrança de receitas e verificar a legalidade da gestão financeira;
- d) Zelar pela atualização do cadastro patrimonial da escola;
- e) Exercer as demais competências que lhe estão cometidas na lei.

Artigo 20.º

Funcionamento

O conselho administrativo reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que o presidente o convoque, por sua iniciativa ou a requerimento de qualquer dos restantes membros.

CAPÍTULO III

PROCESSO ELEITORAL

Secção I

Conselho Geral

Subsecção I

Pessoal docente

Artigo 21.º

Listas

1. Os representantes do pessoal docente candidatos ao conselho geral apresentar-se-ão em listas integrando o nome de dezasseis docentes em exercício de funções na escola, devendo delas constar a indicação de

oito membros efetivos e igual número de suplentes, todos eles em exercício efetivo de funções na escola.

2. A formalização das listas far-se-á em impresso próprio (anexo II, modelo 1). A aceitação dos candidatos será manifestada através de aposição de assinatura no referido impresso.
3. As listas serão propostas por dez elementos do pessoal docente em exercício efetivo de funções na escola.
4. As listas serão depositadas junto do diretor, ou de quem as suas vezes fizer, até cinco dias úteis antes da realização do ato eleitoral.
5. O diretor, ou quem as suas vezes fizer, identificará alfabeticamente as listas apresentadas, sequenciando-as por ordem de entrada, e procedendo à sua imediata afixação nos lugares de estilo.
6. A conversão dos votos em mandatos apurar-se-á de acordo com o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.
7. Cada lista poderá indicar até dois delegados que acompanharão todo o processo eleitoral.

Artigo 22.º

Assembleia eleitoral

A assembleia eleitoral integra todos os docentes que se encontrem em exercício efetivo de funções na escola.

Artigo 23.º

Mesa eleitoral

1. A mesa da assembleia eleitoral será constituída por três docentes que, entre si, elegerão o presidente, o secretário e o vogal.
2. Os três membros efetivos, bem como os três suplentes, serão achados por consenso ou por sorteio entre as listas candidatas de entre os elementos da assembleia eleitoral, a realizar em ato público no terceiro dia útil anterior ao da realização do sufrágio, na sala dos professores, em hora e data a fixar pelo diretor, ou quem as suas vezes fizer, prazo em que o mesmo órgão afixará o caderno eleitoral.
3. Não constarão da lista de professores a submeter a sorteio os membros da direção nem os membros das listas candidatas.
4. Incumbirá à mesa proceder à afixação do caderno eleitoral, à identificação dos eleitores, ao apuramento de votos, à respetiva conversão em mandatos, à elaboração da ata respetiva e à afixação dos resultados finais.

Artigo 24.º

Ato eleitoral

1. O ato eleitoral e o horário do seu funcionamento serão apazados pelo presidente do conselho geral ou por quem as suas vezes fizer, nos termos da lei vigente.
2. Os membros da mesa reunir-se-ão antes do início do escrutínio, verificarão a conformidade da urna e da câmara de voto, assegurando que as mesmas garantem o caráter rigorosamente secreto do sufrágio que

será exercido presencialmente.

3. A assembleia de voto pode encerrar se e quando se verificar que tenha votado a totalidade dos eleitores.

Subsecção II

Pessoal não docente

Artigo 25.º

Listas

1. Os representantes do pessoal não docente candidatos ao conselho geral apresentar-se-ão em listas, integrando o nome de quatro elementos em exercício efetivo de funções na escola, devendo nelas constar a indicação dos dois elementos efetivos e dos dois suplentes.
2. As listas serão propostas por cinco elementos do pessoal não docente em exercício efetivo de funções na escola.
3. A formalização das listas far-se-á em impresso próprio (anexo III, modelo 2). A concordância dos candidatos será formalizada através de aposição de assinatura no referido impresso.
4. As listas serão depositadas junto do diretor ou de quem as suas vezes fizer, até cinco dias úteis antes da realização do ato eleitoral.
5. O diretor, ou quem as suas vezes fizer, identificará alfabeticamente as listas apresentadas, sequenciando-as por ordem de entrada, e procedendo à sua imediata afixação nos lugares de estilo.
6. A conversão dos votos em mandatos apurar-se-á de acordo com o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.
7. Cada lista poderá indicar até dois delegados que acompanharão todo o processo eleitoral.

Artigo 26.º

Assembleia eleitoral

A assembleia eleitoral integra todo o pessoal não docente que se encontre em exercício efetivo de funções na escola.

Artigo 27.º

Mesa eleitoral

1. A mesa da assembleia eleitoral será constituída por três elementos do pessoal não docente que, entre si, elegerão o presidente, o secretário e o vogal.
2. Os três membros efetivos, bem como os três suplentes, serão achados por sorteio de entre os elementos da assembleia eleitoral, a realizar em ato público no terceiro dia anterior ao da realização do sufrágio, em hora e data a fixar pelo diretor, ou quem as suas vezes fizer, prazo em que o mesmo órgão afixará o caderno eleitoral.

3. Não constará da lista de pessoal não docente a submeter a sorteio qualquer elemento das listas candidatas.
4. Incumbirá à mesa proceder à afixação do caderno eleitoral, à identificação dos eleitores, ao apuramento de votos, à respetiva conversão em mandatos, à elaboração da ata respetiva e à afixação dos resultados finais.

Artigo 28.º

Ato eleitoral

1. O ato eleitoral e o horário do seu funcionamento serão aprazados pelo presidente do conselho geral ou por quem as suas vezes fizer, nos termos da lei vigente.
2. Os membros da mesa reunir-se-ão antes do início do escrutínio, verificarão a conformidade da urna e da câmara de voto, assegurando que as mesmas garantem o caráter rigorosamente secreto do sufrágio que será exercido presencialmente.
3. A assembleia de voto pode encerrar-se e quando se verificar que tenha votado a totalidade dos eleitores.

Subsecção III

Alunos

Artigo 29.º

Listas

1. Os representantes dos alunos candidatos ao conselho geral apresentar-se-ão em listas, integrando o nome de quatro alunos, maiores de 16 anos, devendo nelas constar a indicação dos dois elementos efetivos e dos dois suplentes.
2. As listas serão propostas por dez alunos inscritos na escola.
3. A formalização das listas far-se-á em impresso próprio (anexo IV, modelo 3). A concordância dos candidatos será formalizada através de aposição de assinatura no referido impresso.
4. As listas deverão ser depositadas junto do diretor, ou de quem as suas vezes fizer, até cinco dias úteis antes da realização do ato eleitoral.
5. O diretor, ou quem as suas vezes fizer, identificará alfabeticamente as listas apresentadas, sequenciando-as por ordem de entrada, e procedendo à sua imediata afixação nos lugares de estilo.
6. A conversão dos votos em mandatos apurar-se-á de acordo com o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.
7. Cada lista poderá indicar até dois delegados que acompanharão todo o processo eleitoral.

Artigo 30.º

Assembleia eleitoral

A assembleia eleitoral integra todos os alunos da escola.

Artigo 31.º

Mesa eleitoral

1. A mesa da assembleia eleitoral será constituída por três delegados de turma que, entre si, elegerão o presidente, o secretário e o vogal.
2. Os três membros efetivos, bem como os três suplentes, serão achados por sorteio entre os delegados de turma dos 10º, 11º e 12º anos, a realizar em ato público no terceiro dia anterior ao da realização do sufrágio, em hora e data a fixar pelo diretor, ou quem as suas vezes fizer, prazo em que o mesmo órgão afixará o caderno eleitoral.
3. Não constará da lista dos alunos a submeter a sorteio qualquer elemento das listas candidatas.
4. Incumbirá à mesa proceder à identificação dos eleitores, ao apuramento de votos, à respetiva conversão em mandatos, à elaboração da ata respetiva e à afixação dos resultados finais.

Artigo 32.º

Ato eleitoral

1. O ato eleitoral e o horário do seu funcionamento serão apazados pelo presidente do conselho geral ou por quem as suas vezes fizer, nos termos da lei vigente.
2. Os membros da mesa reunir-se-ão antes do início do escrutínio, verificarão a conformidade da urna e da câmara de voto, assegurando que as mesmas garantem o caráter rigorosamente secreto do sufrágio que será exercido presencialmente.
3. A assembleia de voto pode encerrar se e quando se verificar que tenham votado a totalidade dos eleitores.

Subsecção IV

Pais e Encarregados de Educação

Artigo 33.º

Representação

1. Os representantes dos pais e encarregados de educação serão eleitos em assembleia geral de pais e encarregados de educação da escola, sob proposta da associação de pais e encarregados de educação e, na falta das mesmas, nos termos definidos no número seguinte.
2. No caso de não se verificar a existência de associação de pais e encarregados de educação, deverá o presidente do conselho geral convocar os pais e encarregados de educação com quinze dias úteis de

antecedência para uma reunião em que se procederá à eleição dos representantes referidos no número anterior.

Subsecção V

Autarquia local

Artigo 34.º

Designação

Os representantes do município são designados pela câmara municipal, podendo esta delegar tal competência nas juntas de freguesia.

Subsecção VI

Comunidade local

Artigo 35.º

Designação

1. Os representantes da comunidade local, quando se trate de individualidades ou representantes de atividades de carácter económico, social, cultural e científico, são cooptados pelos demais membros.
2. Os representantes da comunidade local, quando se trate de representantes de instituições ou organizações, são indicados pelas mesmas.

Secção III

Diretor

Artigo 36.º

Recrutamento

1. O diretor é eleito pelo conselho geral.
2. Para recrutamento do diretor, desenvolve-se um procedimento concursal, prévio à eleição.

Artigo 37.º

Procedimento concursal

1. Para o efeito de recrutamento do diretor, podem ser opositores ao procedimento concursal prévio à eleição pelo conselho geral os seguintes docentes:
 - a) Docentes de carreira do ensino público;
 - b) Docentes profissionalizados com contrato por tempo indeterminado do ensino particular e cooperativo.
2. Os docentes referidos no número anterior devem contar, pelo menos, cinco anos de serviço e qualificação para o exercício das funções de administração e gestão escolar.

3. Consideram-se qualificados para o exercício de funções de administração e gestão escolar os docentes que preenchem uma das seguintes condições:

- a) Sejam possuidores do grau de mestre ou de doutor em Administração Escolar ou Administração Educacional;
- b) Sejam detentores de um curso de formação especializada nas áreas referidas na alínea anterior;
- c) Possuam experiência correspondente a, pelo menos, um mandato completo no exercício dos seguintes cargos:
 - i. Diretor, subdiretor ou adjunto do diretor, nos termos do regime previsto no Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril;
 - ii. Presidente, vice-presidente, diretor ou adjunto do diretor, nos termos do regime previsto no Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de maio, alterado pelo Decreto-Lei nº 75/2008 de 22 de abril, pela Lei nº 24/99, de 22 de abril, pelo Decreto-Lei nº 172/91, de 10 de maio, e pelo Decreto-Lei nº 769-A/76, de 23 de outubro;
- d) Possuam experiência de, pelo menos, três anos como diretor ou diretor pedagógico de estabelecimento do ensino particular e cooperativo;
- e) Possuam currículo relevante na área da gestão e administração escolar, como tal considerado, em votação secreta, pela maioria dos membros da comissão prevista no nº 5 do artigo 22 do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril.

4. As candidaturas apresentadas por docentes com o perfil a que se referem as alíneas c), d) e e) do número anterior só são consideradas na inexistência ou na insuficiência, por não preenchimento de requisitos legais de admissão a concurso, das candidaturas que reúnam os requisitos previstos nas alíneas a) e b) do número anterior.

5. O subdiretor e os adjuntos são nomeados pelo diretor de entre os docentes de carreira que contem pelo menos cinco anos de serviço e se encontrem em exercício de funções na escola.

CAPÍTULO IV

ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO EDUCATIVA E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

Artigo 38.º

Articulação com o conselho pedagógico e com o diretor

Colaboram com o diretor e com o conselho pedagógico:

- a) O departamento curricular/grupo de recrutamento;
- b) O conselho de diretores de turma;
- c) O conselho de turma;
- d) Os responsáveis pelos serviços técnico-pedagógicos;
- e) Os diretores de instalações;
- f) Os coordenadores pedagógicos do ensino recorrente;

- g) Os responsáveis de outros serviços de apoio;
- h) Mediadores EFA.

Secção I

Estruturas de coordenação educativa

Subsecção I

Departamento curricular

Artigo 39.º

Composição e funcionamento

1. Os departamentos curriculares são estruturas de orientação educativa a quem incumbe especialmente o desenvolvimento de medidas que reforcem a articulação e gestão curricular.
2. Com vista a assegurar a efetiva articulação e gestão curricular são constituídos, em cada departamento curricular, os seguintes grupos de recrutamento de acordo com o seguinte quadro:

Departamento Curricular	Grupos de Recrutamento
Línguas Românicas e Clássicas	300, 320 e 350
Línguas Germânicas	330 e 340
História	400
Filosofia	410 e 290
Geografia	420
Economia e Contabilidade	430
Matemática	500, 530 e 550
Física e Química	510
Biologia e Geologia	520
Artes Visuais	600
Educação Física	620, 910, 920 e 930

3. As reuniões de departamento serão convocadas pelo respetivo coordenador e a convocatória será afixada no lugar de estilo com dois dias úteis de antecedência.
4. Da convocatória constarão o dia, hora e o local da reunião, bem como a ordem de trabalhos.
5. As reuniões de departamento terão a duração máxima de cento e vinte minutos.
6. As atas serão elaboradas pelos docentes do departamento, em regime de rotatividade.

Artigo 40.º
Competências

Ao departamento curricular compete:

- a) Planificar e adequar à realidade da escola a aplicação dos planos de estudos estabelecidos a nível nacional;
- b) Elaborar e aplicar medidas de reforço no domínio das didáticas específicas das disciplinas;
- c) Assegurar, de forma articulada com outras estruturas de orientação educativa da escola, a adoção de metodologias específicas destinadas ao desenvolvimento dos planos de estudo;
- d) Analisar a oportunidade de adoção de medidas de gestão flexível dos currículos e de outras medidas destinadas a melhorar as aprendizagens e a prevenir a exclusão;
- e) Elaborar propostas curriculares diversificadas, em função da especificidade de grupos de alunos;
- f) Assegurar a coordenação de procedimentos de atuação nos domínios da aplicação de estratégias de diferenciação pedagógica e da avaliação das aprendizagens;
- g) Identificar necessidades de formação de docentes;
- h) Analisar e refletir sobre as práticas educativas e o seu contexto;
- i) Analisar e debater questões relativas à adoção de manuais escolares e outros materiais de ensino aprendizagem;
- j) Definir o material didático necessário para o trabalho na sala de aula;
- k) Definir critérios para atribuição de serviço docente e gestão de espaços e equipamentos;
- l) Elaborar e avaliar o plano anual de atividades do departamento, tendo em vista a concretização do projeto educativo de escola;
- m) Elaborar o inventário dos bens afetos às respetivas disciplinas;
- n) Elaborar o regimento interno do departamento;
- o) Exercer as demais competências que lhe estão cometidas na lei e no regulamento interno.

Artigo 41.º

Coordenador de departamento curricular

1. O coordenador de departamento curricular deve ser um docente de carreira detentor de formação especializada nas áreas de supervisão pedagógica, avaliação de desempenho docente ou administração educacional.
2. O coordenador de departamento curricular beneficiará de uma redução de acordo com a lei em vigor.
3. O coordenador de departamento é eleito, até 30 de junho, pelo respetivo departamento, de entre uma lista de três docentes, propostos pelo diretor para o exercício do cargo.

Artigo 42.º

Competências

Ao coordenador de departamento curricular compete:

- a) Representar o respetivo departamento nas reuniões do conselho pedagógico;
- b) Presidir às reuniões do departamento;
- c) Submeter ao conselho pedagógico, para aprovação, as propostas do departamento;
- d) Promover a troca de experiências e a cooperação entre todos os docentes que integram o departamento;
- e) Assegurar a coordenação das orientações curriculares e dos programas de estudo, promovendo a adequação dos seus objetivos e conteúdos à situação concreta da escola;
- f) Promover a articulação com outras estruturas ou serviços da escola, com vista ao desenvolvimento de estratégias de diferenciação pedagógica;
- g) Propor ao conselho pedagógico a adoção de medidas destinadas a melhorar as aprendizagens dos alunos;
- h) Promover a realização de atividades de investigação, reflexão e estudo, visando a melhoria da qualidade das práticas educativas;
- i) Desempenhar as funções de avaliação de docentes;
- j) Apresentar ao diretor um relatório crítico anual, elaborado de forma sucinta, acerca das atividades desenvolvidas;
- k) Exercer as demais competências que lhe estão cometidas na lei e no regulamento interno.

Artigo 43.º

Coordenador de ano/disciplina

1. Para uma maior eficácia no cumprimento do preceituado nos artigos 40.º e 42.º será criado o lugar de coordenador de ano/disciplina, quando o número de professores que lecionam esse ano/disciplina for igual ou superior a três, respeitando sempre o estipulado no anexo I.
2. O coordenador de ano é um professor profissionalizado designado pelo diretor, até 31 de julho, ouvido o respetivo grupo, de entre aqueles que lecionam a disciplina e ano em apreço e que reúnam competências a nível pedagógico e técnico adequado às funções a desempenhar.

Artigo 44.º

Competências

Ao coordenador de ano/disciplina compete:

- a) Coadjuvar o coordenador de departamento curricular;
- b) Coordenar as atividades dos professores da mesma área disciplinar;
- c) Acompanhar o cumprimento dos programas;
- d) Inventariar as necessidades de material didático;
- e) Colaborar na organização das aulas de substituição em articulação com a equipa de substituições;
- f) Exercer as demais competências que lhe estão cometidas na lei e no regulamento interno.

Artigo 45.º

Direção de instalações

1. A conservação e reparação dos espaços e equipamentos, bem como a aquisição de bens e materiais didáticos, é da responsabilidade do diretor;
2. Nos casos em que a dimensão, a forma de utilização ou a especificidade dos equipamentos ou instalações assim o aconselhem, pode a direção de instalações ficar a cargo do coordenador do grupo de recrutamento, do coordenador de ano/disciplina ou de um diretor de instalações nomeado para o efeito.
3. A opção por qualquer das situações referidas no número anterior caberá ao diretor, ouvido o grupo disciplinar de recrutamento.
4. O cargo referido no número dois terá a duração de um ano letivo.
5. No caso da nomeação de um professor para desempenhar as funções de diretor de instalações, e apenas nesse caso, beneficiará de uma redução de duas horas semanais, que serão subtraídas à redução da componente letiva de que o docente já beneficie nos termos do artigo 79º do ECD.
6. A redução referida no número anterior é acumulável com a de diretor de turma e/ou com a de coordenador pedagógico de turma/mediador.

Artigo 46.º

Competências

Ao diretor de instalações ou a quem as suas vezes fizer compete:

- a) Elaborar o regulamento de utilização dos equipamentos ou instalações, que será submetido ao conselho pedagógico para aprovação;
- b) Zelar pela conservação de equipamentos e instalações, detetar anomalias e comunicá-las ao diretor;
- c) Elaborar e manter atualizado o inventário do património que lhe está consignado;
- d) Apresentar um relatório no final do ano letivo e propor a aquisição de bens e materiais, por ordem de prioridade e com indicação dos custos previsíveis;
- e) Exercer as demais competências que lhe estão cometidas na lei e no regulamento interno.

Subsecção II

Conselho de diretores de turma

Artigo 47.º

Composição e funcionamento

1. O conselho de diretores de turma é constituído pela totalidade dos diretores de turma do mesmo ano/ciclo.
2. O conselho de diretores de turma reunirá ordinariamente no início do ano letivo e no final de cada período e, extraordinariamente, por iniciativa do respetivo coordenador, a solicitação do diretor ou da maioria dos seus membros.

Artigo 48.º

Competências

Ao conselho de diretores de turma compete:

- a) Planificar as atividades e projetos a desenvolver, anualmente, de acordo com as orientações do conselho pedagógico;
- b) Articular com os diferentes departamentos curriculares o desenvolvimento de conteúdos programáticos e objetivos de aprendizagem;
- c) Cooperar com outras estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica na gestão adequada de recursos e na adoção de medidas pedagógicas destinadas a melhorar as aprendizagens;
- d) Dinamizar e coordenar a realização de projetos interdisciplinares das turmas;
- e) Identificar necessidades de formação no âmbito da direção de turma;
- f) Conceber e desencadear mecanismos de formação e apoio aos diretores de turma em exercício e de outros docentes da escola para o desempenho dessas funções;
- g) Exercer as demais competências que lhe estão cometidas na lei e no regulamento interno.

Artigo 49.º

Coordenador de diretores de turma de Ciclo/Ano

- 1. O coordenador de ciclo/ano de diretores de turma é um professor designado pelo diretor, ouvido o respetivo conselho de ciclo/ano e que reúnem competências a nível pedagógico e técnico adequadas às funções a desempenhar, dando-se preferência àqueles que sejam portadores de formação especializada.
- 2. O coordenador beneficiará de uma redução de quatro horas semanais, que serão subtraídas à redução da componente letiva de que o docente já beneficie nos termos do artigo 79º do ECD.
- 3. O mandato de coordenador tem a duração de um ano, podendo, todavia, cessar a todo o tempo, por decisão fundamentada do diretor, ou a pedido do interessado, sempre mediante a audição prévia do conselho pedagógico.
- 4. Os três coordenadores de diretores de turma do ensino secundário cooptam entre si aquele que os representa no conselho pedagógico.

Artigo 50.º

Competências

Ao coordenador de ciclo/ano de diretores de turma compete:

- a) Presidir ao conselho de diretores de turma de ciclo/ano;
- b) Colaborar com a direção na elaboração de estratégias pedagógicas destinadas ao ano que coordena;
- c) Divulgar, junto dos referidos diretores de turma, toda a informação necessária ao adequado desenvolvimento das suas competências;
- d) Submeter ao conselho pedagógico as propostas dos conselhos de turma do ciclo/ano que coordena;

- e) Colaborar com o conselho pedagógico na apreciação de projetos relativos a atividades de enriquecimento e complemento curricular;
- f) Planificar, em colaboração com o conselho de diretores de turma que coordena e com os restantes coordenadores de ano, as atividades a desenvolver anualmente e proceder à sua avaliação;
- g) Apresentar ao diretor um relatório crítico anual, elaborado de forma sucinta, acerca das atividades desenvolvidas;
- h) Exercer as demais competências que lhe estão cometidas na lei e no regulamento interno.

Subsecção III

Conselho de turma

Artigo 51.º

Composição e funcionamento

1. O conselho de turma é composto por todos os professores da turma, pelo delegado de turma e por dois representantes dos pais e encarregados de educação dos alunos da turma.
2. Os representantes dos pais e encarregados de educação referido no número anterior apenas poderão exercer essas funções numa única turma, em cada ano letivo.
3. O conselho de turma é presidido pelo respetivo diretor de turma, exceto quando reuna para efeitos disciplinares, caso em que é presidido pelo Diretor.
4. O conselho de turma reúne ordinariamente no início do ano letivo e no final de cada período e, extraordinariamente, sempre que a assiduidade, razões de natureza pedagógica ou disciplinar o exijam.
5. Quando o conselho de turma reúne para efeitos de avaliação individual apenas participam os membros docentes.
6. As reuniões ordinárias e extraordinárias terão a duração máxima de duas horas e trinta minutos e serão convocadas pelo diretor.
7. De cada reunião será lavrada ata pormenorizada de modo a contemplar todos os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas, bem como todas as situações que tenham relevância no processo de ensino aprendizagem.
8. Sem prejuízo de outros aspetos que o conselho de turma entender pertinentes, na ata devem constar designadamente os seguintes elementos:
 - contatos com os encarregados de educação;
 - propostas de exclusão por faltas;
 - comportamento da turma;
 - retenções, não aprovações e não progressões;
 - implementação, execução e avaliação dos planos de recuperação;
 - identificação de casos de insucesso e propostas de remediação.
9. As atas serão lavradas pelo primeiro secretário designado pelo diretor.
10. As atas serão postas à aprovação de todos os membros no final de cada reunião, sendo assinadas após a

aprovação, pelo presidente e por quem as lavrou.

Artigo 52.º

Competências

Ao conselho de turma compete:

- a)** Elaborar o Projeto Curricular de Turma, no 3º ciclo do ensino básico, em que, sem prejuízo de outros aspetos, devem constar designadamente:
- o diagnóstico, a identificação das características e as dificuldades de aprendizagem dos alunos da turma, concretizando planos e estratégias para colmatar as dificuldades e necessidades diagnosticadas;
 - a planificação da lecionação dos conteúdos curriculares das disciplinas, bem como o trabalho a desenvolver nas áreas curriculares não disciplinares, de modo a garantir a interdisciplinaridade e a articulação curricular tendo em vista a melhoria dos resultados escolares dos alunos;
 - a identificação do perfil comportamental dos alunos visando a aferição de critérios comuns a todos os docentes;
 - a planificação e o desenvolvimento das atividades a realizar com os alunos em contexto de sala de aula;
 - a identificação de diferentes ritmos de aprendizagem e necessidades educativas especiais dos alunos, promovendo a articulação com os respetivos serviços de apoio educativo, em ordem à sua superação;
 - a adequação do currículo às características específicas dos alunos, estabelecendo prioridades, níveis de aprofundamento e sequências adequadas;
 - a adoção de estratégias de diferenciação pedagógica que favoreçam as aprendizagens dos alunos;
 - a conceção das atividades em complemento do currículo proposto;
- b)** Preparar informação adequada, a disponibilizar aos pais e encarregados de educação, relativa ao processo de aprendizagem e avaliação dos alunos;
- c)** Colaborar em atividades culturais, desportivas e recreativas que envolvam os alunos e a comunidade, de acordo com os critérios de participação definidos pelo Conselho Geral;
- d)** Promover ações que estimulem o envolvimento dos pais e encarregados de educação no percurso escolar do aluno, de acordo com os princípios definidos pelo Conselho Geral;
- e)** Proceder à avaliação do trabalho realizado e efetuar o planeamento do ano letivo seguinte;
- f)** Exercer as demais competências que lhe estão cometidas na lei e no regulamento interno.

Artigo 53.º

Diretor de turma

1. Para coordenar o trabalho do conselho de turma, o diretor designa um diretor de turma de entre os professores da mesma, sempre que possível, pertencente ao quadro da escola.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, deverá ser nomeado diretor de turma o professor que no ano anterior tenha exercido tais funções na turma a que pertenceram os mesmos alunos.
3. O diretor de turma beneficiará de uma redução da componente letiva de acordo com a lei em vigor.

Artigo 54.º

Competências

Ao diretor de turma compete:

- a) Presidir às reuniões do conselho de turma, exceto as convocadas para efeitos disciplinares;
- b) Coordenar, em colaboração com os docentes da turma, a adequação de atividades, conteúdos, estratégias e métodos de trabalho à situação concreta da turma e à especificidade de cada aluno;
- c) Promover junto do conselho de turma a realização de ações conducentes à aplicação do projeto educativo da escola, numa perspetiva de envolvimento dos encarregados de educação e de abertura à comunidade;
- d) Promover a comunicação e formas de trabalho cooperativo entre professores e alunos;
- e) Assegurar a articulação entre os professores da turma e com os alunos, pais e encarregados de educação;
- f) Promover um acompanhamento individualizado dos alunos, divulgando junto dos professores da turma a informação necessária à adequada orientação educativa dos alunos e fomentando a participação dos pais e encarregados de educação na concretização de ações para orientação e acompanhamento;
- g) Promover a rentabilização dos recursos e serviços na comunidade escolar e educativa, mantendo os alunos e encarregados de educação informados da sua existência;
- h) Coordenar o processo de avaliação dos alunos garantindo o seu caráter globalizante e integrador;
- i) Coordenar a elaboração e a avaliação do projeto curricular de turma, acompanhando a sua execução;
- j) Articular as atividades da turma com os pais e encarregados de educação promovendo a sua participação;
- k) Dar a conhecer aos pais e encarregados de educação, na 1ª reunião geral de turma, no início do ano letivo, o plano anual de distribuição de serviço docente que assegure a ocupação dos alunos na situação de ausência do docente titular da disciplina;
- l) Reunir com os pais e encarregados de educação, no final de cada período, e prestar informação sobre os conteúdos programados e lecionados em cada uma das disciplinas, bem como sobre o número de aulas previstas e ministradas;
- m) Promover a eleição do delegado e subdelegado de turma até ao dia 30 de setembro, entregando cópia da ata do escrutínio ao diretor;
- n) Convocar a reunião prevista no número 3 e 5 do artigo 82.º;
- o) Apresentar ao diretor um relatório crítico anual, elaborado de forma sucinta, acerca das atividades desenvolvidas;
- p) Exercer as demais competências que lhe estão cometidas na lei e no regulamento interno.

Subsecção V

Centro novas oportunidades

Artigo 55.º

Centro novas oportunidades

1. O Centro Novas Oportunidades (CNO) destina-se a potenciar as possibilidades de conclusão da escolaridade (12 anos);
2. Para efeitos da finalidade enunciada no número anterior, o CNO oferece uma gama diversificada de percursos e modalidades de formação, nomeadamente:
 - a) A realização de processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC);
 - b) O diagnóstico e o encaminhamento para a frequência de outros percursos educativos e formativos que se revelem mais adequados ao caso específico de cada formando;
 - c) O encaminhamento para cursos profissionais do ensino secundário;
 - d) O encaminhamento para Cursos de Educação e Formação (CEF);
 - e) O encaminhamento para vias de conclusão do ensino secundário.
3. O CNO dispõe de uma equipa técnico-pedagógica constituída por técnico de diagnóstico, encaminhamento e orientação, profissionais de RVC e docentes (Formadores);
4. O diretor é, por inerência, diretor do CNO, sem prejuízo da possibilidade de delegação de competências em outro docente;
5. O diretor nomeia, de entre os docentes da escola, um coordenador pedagógico do CNO, ao qual compete:
 - a) Assegurar a gestão pedagógica do centro;
 - b) Conceber o plano estratégico de intervenção do centro e elaborar o relatório de atividades, em articulação com os demais elementos da equipa técnico-pedagógica;
 - c) Promover, com os demais elementos da equipa técnico-pedagógica, a organização, concretização e avaliação do processo de reconhecimento, validação e certificação de competências;
 - d) Dinamizar a atividade do centro através da realização e aprofundamento do diagnóstico local, conceção e implementação das ações de divulgação e da identificação e concretização de parcerias, nomeadamente no âmbito do encaminhamento dos adultos para outras ofertas de educação e de formação mais adequadas;
 - e) Promover a formação contínua dos elementos da equipa técnico-pedagógica do centro;
 - f) Assegurar a autoavaliação permanente do centro e disponibilizar a informação necessária ao acompanhamento;
 - g) Representar o CNO nas reuniões do Conselho Pedagógico.

Subsecção VI

Conselho de coordenadores pedagógicos de turma

Artigo 56.º

Constituição e funcionamento

1. O conselho de coordenadores pedagógicos é uma estrutura de apoio ao conselho pedagógico e é constituído pela totalidade dos coordenadores pedagógicos de turma, sendo presidido pelo coordenador dos cursos do ensino recorrente de nível secundário.
2. O conselho de coordenadores pedagógicos reunirá ordinariamente no início de cada ano letivo e no final de cada período e, extraordinariamente, por iniciativa do coordenador atrás referido, ou a solicitação de dois terços dos seus membros.
3. As reuniões ordinárias e extraordinárias terão a duração máxima de uma unidade letiva.

Artigo 57.º

Competências

Ao conselho de coordenadores pedagógicos de turma compete colaborar com o respetivo coordenador na planificação e avaliação das atividades a desenvolver anualmente e na apresentação de sugestões organizativas e pedagógicas.

Artigo 58.º

Coordenação dos cursos de ensino recorrente

A coordenação dos cursos de ensino recorrente de nível secundário é da responsabilidade do diretor, que representará o ensino recorrente no conselho pedagógico.

Artigo 59.º

Competências

Ao coordenador dos cursos de ensino recorrente de nível secundário compete:

- a) Assegurar o funcionamento dos cursos a nível pedagógico e administrativo;
- b) Zelar pelo cumprimento da legislação aplicável;
- c) Assegurar os procedimentos relativos ao percurso escolar dos alunos do regime de frequência não presencial;
- d) Reunir com os coordenadores pedagógicos de turma, pelo menos uma vez por trimestre, a fim de articular estratégias e procedimentos, bem como promover a troca de experiências e a cooperação entre todos os seus membros;
- e) Presidir ao conselho de coordenadores pedagógicos de turma;
- f) Divulgar, junto dos referidos coordenadores, toda a informação necessária ao desenvolvimento das suas competências;

- g) Planificar, em colaboração com o conselho de coordenadores pedagógicos de turma, as atividades a desenvolver e proceder à sua avaliação;
- h) Exercer as demais competências que lhe estão cometidas na lei e no regulamento interno.

Artigo 60.º

Coordenador pedagógico de turma

1. O coordenador pedagógico de turma é preferencialmente um docente de nomeação definitiva, nomeado pelo diretor de entre os professores da turma, considerando a sua competência pedagógica e capacidade de relacionamento.
2. O coordenador pedagógico beneficiará de uma redução de três horas semanais, que serão subtraídas à redução da componente letiva de que o docente já beneficie nos termos do artigo 79º do ECD.

Artigo 61.º

Competências

1. Ao coordenador pedagógico de turma compete:
 - a) Presidir aos conselhos de turma de avaliação;
 - b) Colaborar com o coordenador dos cursos de ensino recorrente de nível secundário, nomeadamente no que se refere à coordenação curricular e pedagógica;
 - c) Promover, junto dos professores da turma, a reflexão conjunta sobre práticas pedagógicas no âmbito do ensino recorrente de nível secundário;
 - d) Esclarecer os alunos sobre as características e funcionamento dos cursos;
 - e) Assegurar a adoção de estratégias concertadas relativamente aos alunos, bem como a criação de condições para a realização de atividades interdisciplinares;
 - f) Manter permanentemente atualizado o registo de faltas;
 - g) Providenciar para que sejam registados os resultados de avaliação;
 - h) Exercer as demais competências que lhe estão cometidas na lei e no regulamento interno.

Artigo 62.º

Conselhos de turma de avaliação

1. Para efeitos de avaliação dos alunos do ensino recorrente de nível secundário, o conselho de turma é constituído por todos os professores da turma, sem prejuízo de, nos termos da lei ter composição diversa para efeitos disciplinares ou em matéria de apoio sócio-educativo.
2. O conselho de turma é presidido pelo respetivo coordenador pedagógico de turma.
3. As reuniões ordinárias e extraordinárias terão a duração máxima de duas horas e trinta minutos.
4. As reuniões serão convocadas pelo diretor.
5. De cada reunião será lavrada ata pormenorizada de modo a contemplar todos os assuntos apreciados, as

decisões e deliberações tomadas, bem como todas as situações que tenham relevância no processo de ensino aprendizagem.

6. Sem prejuízo de outros aspetos que o conselho de turma entender pertinentes, na ata devem constar designadamente os seguintes elementos:
 - propostas de exclusão por faltas;
 - comportamento da turma;
 - não aprovações;
 - identificação de casos de insucesso e propostas de remediação.
7. As atas serão lavradas pelo primeiro secretário designado pelo diretor.
8. As atas serão postas à aprovação de todos os membros no final de cada reunião, sendo assinadas após a aprovação, pelo presidente e por quem as lavrou.

Artigo 63.º

Competências

1. Ao conselho de turma de avaliação compete:
 - a) Analisar a situação da turma e identificar características dos alunos a ter em conta no processo de ensino aprendizagem;
 - b) Identificar o perfil comportamental dos alunos visando a aferição de critérios comuns a todos os docentes;
 - c) Planificar o desenvolvimento das atividades a realizar com os alunos em contexto de sala de aula;
 - d) Identificar diferentes ritmos de aprendizagem e necessidades educativas especiais dos alunos, promovendo a articulação com os respetivos serviços de apoio educativo, em ordem à sua superação;
 - e) Assegurar a adequação do currículo às características específicas dos alunos, estabelecendo prioridades, níveis de aprofundamento e sequências adequadas;
 - f) Adotar estratégias de diferenciação pedagógica que favoreçam as aprendizagens dos alunos;
 - g) Conceber e delinear atividades em complemento do currículo proposto;
 - h) Colaborar em atividades culturais, desportivas e recreativas que envolvam os alunos e a comunidade, de acordo com os critérios de participação definidos pela assembleia de escola;
 - i) Exercer as demais competências que lhe estão cometidas na lei e no regulamento interno.

Subsecção VII

Conselho de mediadores dos cursos de educação e formação de adultos

Artigo 64.º

Natureza e constituição

O conselho de mediadores dos cursos EFA é uma estrutura de apoio ao conselho pedagógico e é

constituído pela totalidade dos mediadores de turma, sendo presidido pelo coordenador dos cursos do ensino recorrente.

1. O conselho de mediadores reunirá ordinariamente no início de cada ano letivo e no final de cada período e, extraordinariamente, por iniciativa do coordenador atrás referido, ou a solicitação de dois terços dos seus membros.
2. As reuniões ordinárias e extraordinárias terão a duração máxima de uma unidade letiva.

Artigo 65.º

Competências

Ao conselho de mediadores de turma compete colaborar com o respetivo coordenador na planificação e avaliação das atividades a desenvolver anualmente e na apresentação de sugestões organizativas e pedagógicas.

Artigo 66.º

Coordenação dos cursos de ensino recorrente

A coordenação dos cursos de Educação e Formação de Adultos é da responsabilidade do diretor, que os representará no conselho pedagógico.

Artigo 67.º

Competências

1. Ao coordenador dos cursos de ensino EFA compete:
 - a) Assegurar o funcionamento dos cursos a nível pedagógico e administrativo;
 - b) Zelar pelo cumprimento da legislação aplicável;
 - c) Assegurar os procedimentos relativos ao percurso escolar dos adultos;
 - d) Reunir com os mediadores de turma, pelo menos uma vez por trimestre, a fim de articular estratégias e procedimentos, bem como promover a troca de experiências e a cooperação entre todos os seus membros;
 - e) Presidir ao conselho de mediadores de turma;
 - f) Divulgar, junto dos referidos mediadores, toda a informação necessária ao desenvolvimento das suas competências;
 - g) Planificar, em colaboração com o conselho de mediadores de turma, as atividades a desenvolver e proceder à sua avaliação;
 - h) Exercer as demais competências que lhe estão cometidas na lei e no regulamento interno.

Artigo 68.º

Mediador Pessoal e Social

- 1- O Mediador pessoal e social de turma EFA é preferencialmente um docente de nomeação definitiva,

nomeado pelo diretor de entre os formadores ou outros profissionais, designadamente os de orientação, detentores de habilitação de nível superior e possuidores de formação específica para o desempenho daquela função ou de experiência relevante em matéria de educação e formação de adultos.

2- O Mediador beneficiará de uma redução de duas horas letivas semanais e mensalmente assegurará uma hora semanal de Portafólio Reflexivo de Aprendizagens com os formandos e uma hora com os formadores.

Artigo 69.º

Competências

1. Ao Mediador compete:

- a) Presidir mensalmente às sessões de Portafólio Reflexivo de Aprendizagens da equipa técnico-pedagógica da turma;
 - b) Colaborar com o coordenador dos cursos de ensino recorrente, nomeadamente no que se refere à coordenação curricular e pedagógica;
 - c) Promover, junto dos formadores da turma, a reflexão conjunta sobre práticas pedagógicas no âmbito do Portafólio Reflexivo de Aprendizagens;
 - d) Garantir o acompanhamento e orientação pessoal, social e pedagógica dos formandos;
 - e) Dinamizar a equipa técnico-pedagógica no âmbito do processo formativo, salvaguardando o cumprimento dos percursos individuais e do percurso do grupo de formação;
 - f) Assegurar a adoção de estratégias concertadas relativamente aos formandos, bem como a criação de condições para a realização de atividades integradoras;
 - g) Manter permanentemente atualizado o registo de faltas;
 - h) Providenciar para que sejam registados os resultados de avaliação;
 - i) Exercer as demais competências que lhe estão cometidas na lei e no regulamento interno.
2. O mediador não deve exercer funções de mediação em mais de três Cursos EFA nem assumir, naquela qualidade, a responsabilidade de formador em qualquer área de formação, salvo em casos excecionais, devidamente justificados e com autorização da entidade competente para a autorização do funcionamento do curso.
3. A acumulação da função de mediador e formador referida no número anterior não se aplica ao módulo Aprender com Autonomia e à área de PRA, consoante, respetivamente, o nível básico ou secundário do curso EFA.

Artigo 70.º

Avaliação nas Sessões de Porta-fólio Reflexivo de Aprendizagens

1. Para efeitos de avaliação dos formandos dos cursos EFA, a equipa técnico-pedagógica, é constituída pelo mediador e pelo grupo de formadores responsáveis por cada uma das áreas de competências-chave

que integram a formação de base e pela formação tecnológica, quando aplicável. Integram ainda a equipa técnico-pedagógica os tutores da formação prática em contexto de trabalho, quando aplicável.

2. As reuniões de avaliação realizam-se nas sessões de Portafólio Reflexivo de Aprendizagens.
3. A sessão de PRA é presidida pelo respetivo mediador de turma.
4. As sessões realizam-se uma vez por mês e terão a duração máxima de uma hora.
5. As sessões serão convocadas pelo mediador e pelo diretor.
6. De cada sessão será lavrada ata pormenorizada de modo a contemplar todos os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas.
7. Sem prejuízo de outros aspetos que a equipa técnico-pedagógica de turma entender pertinentes, na ata devem constar designadamente os seguintes elementos:
 - propostas de exclusão por faltas;
 - comportamento da turma;
 - não aprovações;
 - identificação de casos de insucesso e propostas de remediação.
8. As atas serão lavradas rotativamente pelos vários formadores.
9. As atas serão postas à aprovação de todos os membros no final de cada sessão, sendo assinadas após a aprovação, pelo presidente e por quem as lavrou.

Artigo 71.º

Competências da equipa técnico-pedagógica

Aos formadores da equipa técnico-pedagógica, compete:

1- Manter uma estreita cooperação com os demais elementos da equipa técnico-pedagógica, no desenvolvimento dos processos de avaliação da área de Portafólio Reflexivo de Aprendizagens, através da realização de sessões conjuntas com o mediador pessoal e social.

- a) Analisar a situação da turma e identificar características dos formandos;
- b) Identificar o perfil comportamental dos formandos visando a aferição de critérios comuns a todos os formadores;
- c) Planificar o desenvolvimento das atividades a realizar com os formandos;
- d) Identificar diferentes ritmos de aprendizagem e necessidades educativas especiais dos formandos, promovendo a articulação com os respetivos serviços de apoio educativo, em ordem à sua superação;
- e) Assegurar a adequação do currículo às características específicas dos formandos, estabelecendo prioridades, níveis de aprofundamento e sequências adequadas;
- f) Adotar estratégias de diferenciação pedagógica que favoreçam o percurso curricular dos formandos;
- g) Conceber e delinear atividades em complemento do currículo proposto;
- h) Conceber e produzir os materiais técnico-pedagógicos e os instrumentos de avaliação necessários ao

desenvolvimento do processo formativo, relativamente à área para que se encontra habilitado;

- i) Colaborar em atividades culturais, desportivas e recreativas que envolvam os formandos e a comunidade, de acordo com os critérios de participação definidos pela assembleia de escola;
- j) Exercer as demais competências que lhe estão cometidas na lei e no regulamento interno.

2- Sempre que possível, os formadores dos cursos EFA beneficiarão de uma ou duas horas a subtrair à redução da componente letiva de que o docente já beneficie nos termos do artigo 79º do ECD, para elaborar materiais curriculares específicos e para participar nas tarefas de Porta-fólio Reflexivo de Aprendizagens.

Secção II

Serviços técnico-pedagógicos

Artigo 72.º

Definição e objeto

1. Os serviços técnico-pedagógicos destinam-se a promover a existência de condições que permitam a plena integração dos alunos, devendo conjugar a sua atividade com as estruturas de coordenação educativa.
2. Os representantes dos serviços técnico-pedagógicos no conselho pedagógico serão designados pelo diretor, de entre os membros que integram estes serviços, ouvidos os seus representantes.
3. Constituem os serviços técnico-pedagógicos:
 - a) Biblioteca escolar/Centro de recursos educativos Azeredo Perdigão;
 - b) Gabinete de apoio ao adolescente Dr. Egas Moniz;
 - c) Núcleo da educação especial;
 - d) Serviço de ação social escolar;
 - e) Serviço de psicologia e orientação.
4. O serviço referido na alínea b) do número anterior visa atender e apoiar os alunos em problemas relacionados com a sua saúde física e psicológica.
5. O serviço referido na alínea d) do número anterior visa implementar o apoio sócio-educativo dos alunos.
6. O serviço referido na alínea e) do número anterior desenvolve a sua ação nos domínios do apoio psicopedagógico a alunos e professores, do apoio ao desenvolvimento do sistema de relações da comunidade escolar e ainda no domínio da orientação escolar e profissional.
- 6.1. Os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) são serviços especializados de apoio educativo, integrados na comunidade educativa que promovem a existência de condições que assegurem a plena integração escolar dos alunos, nos aspetos pedagógicos e socioeducativos.

6.2. O SPO é constituído por uma psicóloga que desenvolve a sua ação junto dos alunos, individualmente ou em grupo, ao longo do processo educativo, sendo a sua principal atribuição, contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos e para a construção da sua identidade pessoal.

6.3. De acordo com os princípios definidos no Decreto-Lei nº 190/91 de 17 de maio e demais legislação em vigor, compete, entre outros, aos SPO:

- Colaborar com os educadores e professores, prestando apoio psicopedagógico às atividades educativas;
- Identificar e analisar as causas de insucesso escolar e propor medidas tendentes à sua eliminação;
- Acompanhar as situações de colocação dos alunos em regime educativo especial, nomeadamente através da avaliação de alunos referenciados ao abrigo do Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro e elaboração do respetivo relatório técnico pedagógico, em conjunto com os docentes de educação especial;
- Proceder à avaliação global de situações relacionadas com problemas de desenvolvimento, com dificuldades de aprendizagem, competências e potencialidades específicas e prestar o apoio psicopedagógico mais adequado;
- Em colaboração com os Serviços de Educação Especial e com os Diretores de Turma, desenvolver mecanismos que permitam detetar a tempo dificuldades de base, diferentes ritmos de aprendizagem ou outras necessidades dos alunos que exijam medidas de compensação ou formas de apoio adequadas nos domínios, psicológico, pedagógico e socioeducativo;
- Colaborar na identificação e prevenção de situações problemáticas dos alunos e na elaboração de planos de acompanhamento envolvendo a comunidade educativa;
- Desenvolver programas e ações de aconselhamento pessoal e vocacional a nível individual ou de grupo;
- Planear e executar atividades de orientação escolar e profissional, nomeadamente através de programas a desenvolver com grupos de alunos (9º ano) ao longo do ano letivo, e de apoio individual ao seu processo de escolha;
- Realizar ações de informação escolar e profissional sobre modalidades diversas, garantindo a participação ativa dos alunos na exploração das técnicas e materiais utilizados;
- Colaborar na planificação e acompanhamento de visitas de estudo, experiências de trabalho, estágios e outras formas de contato dos alunos com o meio e o mundo das atividades profissionais;
- Colaborar com os órgãos administração e gestão da escola onde exerce funções;
- Participar nas reuniões do Conselho Pedagógico;
- Acompanhar o desenvolvimento de projetos e colaborar no estudo, conceção e planeamento de medidas que visem a melhoria do sistema educativo;
- Por inerência de funções, o SPO, articula com todos os órgãos/ elementos da comunidade educativa, direta e/ou indiretamente, (Conselho Geral, Direção, Diretores de Turma, Docentes de Educação Especial, Professores, Serviços Administrativos, Gabinete de Apoio ao Adolescente, Associação de Pais e Encarregados de Educação, Associação de Estudantes, Alunos, Assistentes Operacionais) articula ainda com outras instituições afins, tais como outras escolas, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Instituto de Ensino Superior Público e Privado, Escolas Profissionais, Centro de Formação, etc.

Artigo 73.º

Biblioteca Escolar/ Centro de Recursos Educativos Azeredo Perdigão (BECREAP)

1. A Biblioteca Escolar é uma estrutura pedagógica que se constitui como um centro dinamizador da leitura e das literacias, de aprendizagens autónomas, de difusão da informação, de construção do conhecimento e que se rege por normas de funcionamento constantes do respetivo regimento interno.
2. As instalações da BECREAP organizam-se em vários espaços integrados, compreendendo: área nuclear (zona de atendimento, secção de leitura informal e zona de consulta de documentação em qualquer suporte); área de gestão e de tratamento documental; área de utilização polivalente; área de exposições e área de armazenamento.
3. O desenvolvimento da coleção da BECREAP orienta-se por documento próprio e rege-se pelos seguintes princípios:
 - a) Garantia da liberdade intelectual, de acordo com os princípios Constitucionais legais e os constantes no Manifesto da Unesco para a leitura;
 - b) Respeito pelas linhas de orientação da Rede de Bibliotecas Escolares e pelas orientações do Projeto Educativo da Escola.

Artigo 74.º

Objetivos

A BECREAP, como núcleo de organização pedagógica, apoia o desenvolvimento do Projeto Educativo da Escola e os Projetos Curriculares de Escola e de Turmas, definindo como prioritários os seguintes objetivos:

1. Apoiar o desenvolvimento curricular, disponibilizando meios e recursos e dinamizando a integração das Tecnologias de Informação e Comunicação;
2. Promover o hábito da leitura e a aprendizagem ao longo da vida, mobilizando a Comunidade Educativa;
3. Formar para a literacia da informação, dentro de parâmetros seguros e éticos com vista a transformar a informação em conhecimento.

Artigo 75.º

Professor Bibliotecário

1. O professor bibliotecário é designado de acordo com a lei vigente.
2. Ao professor bibliotecário cabe, com o apoio da equipa da biblioteca escolar, a gestão da BECREAP.
3. Compete ao professor bibliotecário:

- a) Assegurar serviço de biblioteca para todos os alunos da escola;
- b) Promover a articulação das atividades da biblioteca com os objetivos do Projeto Educativo, do Projeto Curricular de Escola e dos Projetos Curriculares de Turma;
- c) Assegurar a gestão dos recursos humanos afetos à biblioteca;
- d) Garantir a organização do espaço e assegurar a gestão funcional e pedagógica dos recursos materiais afetos à biblioteca;
- e) Definir e operacionalizar uma política de gestão dos recursos de informação, promovendo a sua integração nas práticas de professores e alunos;
- f) Apoiar as atividades curriculares e favorecer o desenvolvimento dos hábitos e competências de leitura, da literacia da informação e das competências digitais, trabalhando colaborativamente com todas as estruturas da escola;
- g) Apoiar atividades livres, extracurriculares e de enriquecimento curricular incluídas no plano de atividades ou no projeto educativo da escola;
- h) Estabelecer redes de trabalho cooperativo, desenvolvendo projetos de parceria com entidades locais;
- i) Implementar processos de avaliação dos serviços e elaborar um relatório anual de autoavaliação a remeter ao Gabinete Coordenador da Rede de Bibliotecas Escolares (GRBE);
- j) Representar a biblioteca escolar no Conselho Pedagógico, se para tal for designado nos termos do n.º 2 do art.º 72.º.

Artigo 76.º

Equipa da biblioteca escolar

1. As funções de Coordenador da Equipa BECREAP são exercidas pelo professor bibliotecário, nos termos do artigo anterior, pelo período de quatro anos, podendo, todavia, cessar a todo o tempo, por decisão fundamentada do diretor, ouvido o conselho pedagógico, ou a pedido do interessado no final do ano letivo.
2. Os docentes que integram a equipa da BECREAP são designados pelo diretor da escola entre os que disponham de competências nos domínios pedagógico, de gestão de projetos, de gestão da informação, das ciências documentais e das tecnologias de informação e comunicação.
3. Os assistentes operacionais, que coadjuvam o professor bibliotecário, são designados pelo diretor, ouvido o professor bibliotecário.
4. As funções dos demais elementos da equipa BECREAP constam do respetivo regimento.

Artigo 77.º

Núcleo de Educação Especial

1. O Núcleo de Educação Especial, em colaboração com toda a comunidade educativa, tem como objetivo central a promoção do desenvolvimento biopsicossocial dos alunos com necessidades educativas especiais, assegurando o seu sucesso educativo e a sua plena inclusão escolar e social. Nesta linha de intervenção, o

Núcleo procura em parceria com todos intervenientes no processo educativo dos alunos, construir uma escola democrática e inclusiva, na qual seja assegurada a individualização e personalização de estratégias educativas, para a promoção de competências universais que permitam a autonomia e o acesso à plena cidadania por parte de todos.

Artigo 78.º

Competências

- a) Assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória das crianças e jovens com necessidades educativas especiais;
- b) Em cooperação com todos os docentes, pais, encarregados de educação e estruturas pedagógicas da escola, operacionalizar as adequações necessárias ao processo de ensino e de aprendizagem, de carácter organizativo e de funcionamento, para responder adequadamente às necessidades educativas especiais das crianças e jovens, com vista assegurar a sua participação em todos os ambientes educativos;
- c) Apoiar alunos com necessidades educativas especiais, com limitações significativas ao nível da atividade e participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais do corpo;
- d) Proceder à avaliação pedagógica das crianças e jovens com necessidades específicas de educação, tendo em vista o desenvolvimento de planos educativos individuais e determinar as medidas educativas e de adaptação curricular de que o aluno deve beneficiar;
- e) Promover a participação ativa dos docentes do ensino regular e dos Pais na elaboração, execução e avaliação dos Programas Individuais;
- f) Fazer o levantamento das necessidades e valências locais e manter organizados e atualizados os processos dos alunos, bem como o registo e dados estatísticos relativos às crianças e jovens apoiados, ou a apoiar, e dos recursos humanos e materiais disponíveis;
- g) Prestar serviços de aconselhamento a Pais, a Educadores e à comunidade em geral sobre a problemática da educação especial e cooperar com outros serviços locais, na medida do possível, designadamente da saúde, da segurança social, do emprego, autarquias e instituições particulares de solidariedade social;
- h) Sempre que solicitados, efetuar, em estreita colaboração com o Serviço de Psicologia da Escola, as avaliações técnico-pedagógicas dos alunos referenciados para os apoios especializados;
- i) Participar nos Conselhos de Turma e outras reuniões escolares, no sentido de contribuir para o esclarecimento e solução de problemas relativos a alunos com necessidades educativas especiais;
- j) Organizar e executar programas de pré-profissionalização e formação profissional, bem como promover a integração familiar, social e profissional das crianças e jovens com necessidades educativas especiais;
- k) Garantir apoio documental aos professores;
- l) Participar no Plano Anual de Atividades, nos Projetos Curriculares de Turma e na planificação da prática educativa;
- m) Elaborar o programa anual de atividades da Educação Especial;

- n) Elaborar o seu próprio regimento.

Artigo 79.º

Núcleo de Educação Especial

O Núcleo de Educação Especial, em colaboração com toda a comunidade educativa, tem como objetivo central a promoção do desenvolvimento biopsicossocial dos alunos com necessidades educativas especiais, assegurando o seu sucesso educativo e a sua plena inclusão escolar e social.

Nesta linha de intervenção, o Núcleo procura em parceria com todos intervenientes no processo educativo dos alunos, construir uma escola democrática e inclusiva, na qual seja assegurada a individualização e personalização de estratégias educativas, para a promoção de competências universais que permitam a autonomia e o acesso à plena cidadania por parte de todos.

Artigo 80.º

Competências

- a) Assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória das crianças e jovens com necessidades educativas especiais;
- b) Apoiar alunos com necessidades educativas especiais, com limitações significativas ao nível da atividade e participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais do corpo;
- c) Em cooperação com todos os docentes, pais, encarregados de educação e estruturas pedagógicas da escola, operacionalizar as adequações necessárias ao processo de ensino e de aprendizagem, de carácter organizativo e de funcionamento, para responder adequadamente às necessidades educativas especiais das crianças e jovens, com vista assegurar a sua participação em todos os ambientes educativos;
- d) Proceder à avaliação pedagógica das crianças e jovens com necessidades específicas de educação, tendo em vista o desenvolvimento de Programas Educativos Individuais e determinar as medidas educativas especiais de que o aluno deve beneficiar;
- e) Proceder em conjunto com o Conselho de Turma à avaliação da eficácia dos Programas Educativos Individuais por referência à CIF, para aferição do impacto das medidas na melhoria das incapacidades referenciadas.
- f) Promover a participação ativa dos docentes do ensino regular e dos pais na elaboração, execução e avaliação dos Programas Educativos Individuais;
- g) Manter organizados e atualizados os processos dos alunos, bem como o registo e dados estatísticos relativos aos alunos apoiados, ou a apoiar, assim como dos recursos humanos e materiais disponíveis;
- h) Efetuar, em estreita colaboração com o Serviço de Psicologia da Escola, as avaliações técnico-pedagógicas dos alunos referenciados para os apoios especializados;
- i) Participar nos Conselhos de Turma e outras reuniões escolares, no sentido de contribuir para o esclarecimento e solução de problemas relativos a alunos com necessidades educativas especiais;
- j) Garantir apoio documental aos professores;

- k) Participar no Plano Anual de Atividades, nos Projetos Curriculares de Turma e na planificação da prática educativa;
- l) Elaborar o programa anual de atividades da Educação Especial;
- m) Elaborar o seu próprio Regimento.

Capítulo V

Secção I

Direitos do aluno

Artigo 81.º

Direitos do aluno

1 - O aluno tem direito a:

- a) Ser tratado com respeito e correção por qualquer membro da comunidade educativa, não podendo, em caso algum, ser discriminado em razão da raça, sexo, orientação sexual ou identidade de género, condição económica, cultural ou social ou convicções políticas, ideológicas ou religiosas;
- b) Usufruir do ensino e de uma educação de qualidade de acordo com o previsto na lei, em condições de efetiva igualdade de oportunidades no acesso;
- c) Escolher e usufruir, nos termos estabelecidos no quadro legal aplicável, por si ou, quando menor, através dos seus pais ou encarregados de educação, o projeto educativo que lhe proporcione as condições para o seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral, cultural e cívico e para a formação da sua personalidade;
- d) Ver reconhecidos e valorizados o mérito, a dedicação, a assiduidade e o esforço no trabalho e no desempenho escolar e ser estimulado nesse sentido;
- e) Ver reconhecido o empenhamento em ações meritórias, designadamente, o voluntariado em favor da comunidade em que está inserido ou da sociedade em geral, praticadas na escola ou fora dela, e ser estimulado nesse sentido;
- f) Usufruir de um horário escolar adequado ao ano frequentado, bem como de uma planificação equilibrada das atividades curriculares e extracurriculares, nomeadamente as que contribuem para o desenvolvimento cultural da comunidade;
- g) Beneficiar, no âmbito dos serviços de ação social escolar, de um sistema de apoios que lhe permitam superar ou compensar as carências do tipo sociofamiliar, económico ou cultural que dificultem o acesso à escola ou o processo de ensino;
- h) Usufruir de prémios ou apoios e meios complementares que reconheçam e distingam o mérito;
- i) Beneficiar de outros apoios específicos, necessários às suas necessidades escolares ou à sua aprendizagem, através dos serviços de psicologia e orientação ou de outros serviços

especializados de apoio educativo;

- j) Ver salvaguardada a sua segurança na escola e respeitada a sua integridade física e moral, beneficiando, designadamente, da especial proteção consagrada na lei penal para os membros da comunidade escolar;
 - k) Ser assistido, de forma pronta e adequada, em caso de acidente ou doença súbita, ocorrido ou manifestada no decorrer das atividades escolares;
 - l) Ver garantida a confidencialidade dos elementos e informações constantes do seu processo individual, de natureza pessoal ou familiar;
 - m) Participar, através dos seus representantes, nos termos da lei, nos órgãos de administração e gestão da escola, na criação e execução do respetivo projeto educativo, bem como na elaboração do Regulamento Interno;
 - n) Eleger os seus representantes para os órgãos, cargos e demais funções de representação no âmbito da escola, bem como ser eleito, nos termos da lei e do Regulamento Interno da escola;
 - o) Apresentar críticas e sugestões relativas ao funcionamento da escola e ser ouvido pelos professores, diretores de turma e órgãos de administração e gestão da escola em todos os assuntos que justificadamente forem do seu interesse;
 - p) Organizar e participar em iniciativas que promovam a formação e ocupação de tempos livres;
 - q) Ser informado acerca de todos os assuntos que justificadamente sejam do seu interesse, nomeadamente sobre o Regulamento Interno, o modo de organização do plano de estudos ou curso, o programa e objetivos essenciais de cada disciplina ou área disciplinar e os processos e critérios de avaliação, bem como sobre a matrícula, o abono de família e apoios socioeducativos, as normas de utilização e de segurança dos materiais e equipamentos e das instalações, incluindo o plano de emergência, e, em geral, sobre todas as atividades e iniciativas relativas ao projeto educativo da escola;
 - r) Participar nas demais atividades da escola, nos termos da lei e do presente Regulamento Interno;
 - s) Participar no processo de avaliação, através de mecanismos de auto e heteroavaliação;
 - t) Beneficiar de medidas, a definir pela escola, adequadas à recuperação da aprendizagem nas situações de ausência devidamente justificada às atividades escolares.
- 2 - A fruição dos direitos consagrados nas suas alíneas *d) g), h) e r)* do número anterior pode ser, no todo ou em parte, temporariamente vedada em consequência de medida disciplinar corretiva ou sancionatória aplicada ao aluno, nos termos previstos no presente Regulamento.

Artigo 82.º

Representação dos alunos

1. Os alunos podem reunir-se em assembleia de alunos ou assembleia geral de alunos e são

representados pela associação de estudantes, pelos seus representantes nos órgãos de direção da escola, pelo delegado ou subdelegado de turma e pela assembleia de delegados de turma, nos termos da lei e do Regulamento Interno da escola.

2. A associação de estudantes ou, caso se verifique a sua inexistência ou inércia, os representantes dos alunos nos órgãos de direção da escola têm o direito de solicitar ao diretor a realização de reuniões para apreciação de matérias relacionadas com o funcionamento da escola.
3. O delegado e o subdelegado de turma têm o direito de solicitar a realização de reuniões da turma com o respetivo diretor de turma para apreciação de matérias relacionadas com o funcionamento da turma, sem prejuízo do cumprimento das atividades letivas.
4. As reuniões referidas no número anterior carecem da apresentação de um pedido, por escrito, ao diretor de turma, sendo precedido de reunião de alunos, onde pelo menos 50% destes acorde na determinação das matérias a abordar.
5. As reuniões referidas no número 3 serão convocadas pelo diretor de turma, num prazo máximo de cinco dias úteis.
6. Por iniciativa dos alunos ou por sua própria iniciativa, o diretor de turma pode solicitar a participação dos representantes dos pais e encarregados de educação dos alunos da turma na reunião referida nos números anteriores.
7. Não podem ser eleitos ou continuar a representar os alunos nos órgãos ou estruturas da escola aqueles a quem seja ou tenha sido aplicada, nos últimos dois anos escolares, medida disciplinar sancionatória superior à de repreensão registada ou sejam, ou tenham sido nos últimos dois anos escolares, excluídos da frequência de qualquer disciplina ou retidos em qualquer ano de escolaridade por excesso grave de faltas, nos termos do presente Regulamento Interno.

Artigo 83.º

Delegado de turma

1. O delegado de turma é um aluno eleito pelos seus colegas de turma, por maioria e de entre os alunos inscritos na totalidade das disciplinas do ano/curso, sendo-lhe correspondentemente aplicável o estatuído no número 7 do artigo anterior.
2. O mandato tem a duração de um ano letivo, cessando com a aplicação de medida disciplinar sancionatória superior à de repreensão registada.
3. Será considerado subdelegado o segundo aluno mais votado, aplicando-se à sua eleição e mandato o preceituado nos números anteriores.

Secção II

Deveres do aluno

Artigo 84.º

Deveres do delegado de turma

São deveres do delegado de turma:

- a) Representar a turma em todos os assuntos que a esta digam respeito;
- b) Eleger e ser eleito representante dos alunos do ensino secundário no conselho geral;
- c) Solicitar a realização de reuniões de turma com o respetivo diretor de turma nos termos do artigo 82.º do presente regulamento;
- d) Colaborar com os professores e diretor de turma na resolução de problemas da turma;
- e) Contribuir, em colaboração com o subdelegado, para a criação de um clima de tranquilidade que propicie o ensino e aprendizagem;
- f) Comunicar, sempre que necessário, a ausência do professor ao auxiliar da ação educativa mais próximo, visando a substituição daquele;
- g) Fazer-se substituir pelo subdelegado, em caso de manifesta impossibilidade.

Artigo 85.º

Deveres do subdelegado de turma

São deveres do subdelegado de turma:

- a) Substituir o delegado de turma para todos os efeitos em caso de impossibilidade, impedimento ou cessação do mandato;
- b) Contribuir, em colaboração com o delegado de turma, para a criação de um clima de tranquilidade, propício ao ensino e aprendizagem;
- c) Colaborar com o diretor de turma e restantes professores na resolução de problemas da turma.

Artigo 86.º

Deveres do aluno

O aluno tem o dever, sem prejuízo dos demais deveres previstos no Regulamento Interno da escola, de:

- a) Estudar, aplicando-se, de forma adequada à sua idade, necessidades educativas e ao ano de escolaridade que frequenta, na sua educação e formação integral;
- b) Ser assíduo, pontual e empenhado no cumprimento de todos os seus deveres no âmbito das atividades escolares;
- c) Ser portador do material indispensável ao trabalho na sala de aula e utilizá-lo em conformidade

com a matriz de avaliação e orientações do respetivo professor;

- d) Aguardar junto à sala de aula, após o segundo toque, pelo professor da disciplina ou por quem as suas vezes fizer;
- e) Seguir as orientações dos professores relativas ao seu processo de ensino;
- f) Tratar com respeito e correção qualquer membro da comunidade educativa, independentemente da raça, sexo, orientação sexual ou identidade de género, condição económica, cultural ou social ou convicções políticas, ideológicas ou religiosas;
- g) Guardar lealdade para com todos os membros da comunidade educativa;
- h) Respeitar a autoridade e as instruções dos professores e do pessoal não docente;
- i) Contribuir para a harmonia da convivência escolar e para a plena integração na escola de todos os alunos;
- j) Participar nas atividades educativas ou formativas desenvolvidas na escola, bem como nas demais atividades organizativas que requeiram a participação dos alunos;
- k) Respeitar a integridade física e psicológica de todos os membros da comunidade educativa, não praticando quaisquer atos, designadamente violentos, independentemente do local ou dos meios utilizados, que atentem contra a integridade física, moral ou patrimonial dos professores, pessoal não docente e alunos;
- l) Prestar auxílio e assistência aos restantes membros da comunidade educativa, de acordo com as circunstâncias de perigo para a integridade física e psicológica dos mesmos;
- m) Zelar pela preservação, conservação e asseio das instalações, material didático, mobiliário e espaços verdes da escola, fazendo uso correto dos mesmos;
- n) Respeitar a propriedade dos bens de todos os membros da comunidade educativa;
- o) Permanecer na escola durante o seu horário, salvo autorização escrita do encarregado de educação ou da direção da escola, sem prejuízo do estipulado no número 5 do artigo 98.º do R.I.
- p) Participar na eleição dos seus representantes e prestar-lhes toda a colaboração;
- q) Conhecer e cumprir o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, as normas de funcionamento dos serviços da escola e o Regulamento Interno da mesma, subcrevendo declaração anual de aceitação do mesmo e de compromisso ativo quanto ao seu cumprimento integral;
- r) Não possuir e não consumir substâncias aditivas, em especial drogas, tabaco e bebidas alcoólicas, nem promover qualquer forma de tráfico, facilitação e consumo das mesmas;
- s) Não consumir alimentos, guloseimas, pastilhas elásticas e bebidas, exceto água, nas salas de aula e noutros espaços destinados à aprendizagem;
- t) Desligar os telemóveis, bips, e outros aparelhos vídeo ou áudio de uso pessoal, que deverão estar guardados, durante as aulas e noutros contextos de ensino aprendizagem;
- u) Não transportar quaisquer materiais, equipamentos tecnológicos, instrumentos ou engenhos

passíveis de, objetivamente, perturbarem o normal funcionamento das atividades letivas, ou poderem causar danos físicos ou psicológicos aos alunos ou a qualquer outro membro da comunidade educativa;

- v) Não utilizar quaisquer equipamentos tecnológicos, designadamente, telemóveis, equipamentos, programas ou aplicações informáticas, nos locais onde decorram aulas ou outras atividades formativas ou reuniões de órgãos ou estruturas da escola em que participe, exceto quando a utilização de qualquer dos meios acima referidos esteja diretamente relacionada com as atividades a desenvolver e seja expressamente autorizada pelo professor ou pelo responsável pela direção ou supervisão dos trabalhos ou atividades em curso;
- w) Não captar sons ou imagens, designadamente, de atividades letivas e não letivas, sem autorização prévia dos professores, dos responsáveis pela direção da escola ou supervisão dos trabalhos ou atividades em curso, bem como, quando for o caso, de qualquer membro da comunidade escolar ou educativa cuja imagem possa, ainda que involuntariamente, ficar registada;
- x) Não difundir, na escola ou fora dela, nomeadamente, via internet ou através de outros meios de comunicação, sons ou imagens captados nos momentos letivos e não letivos, sem autorização do diretor da escola;
- y) Respeitar os direitos de autor e de propriedade intelectual;
- z) Cuidar da sua higiene pessoal e apresentar-se com vestuário que se revele adequado, em função da idade, à dignidade do espaço e das atividades escolares, no respeito pelas regras estabelecidas na escola;
- aa) Reparar os danos por si causados a qualquer membro da comunidade educativa ou em equipamentos ou instalações da escola ou outras onde decorram quaisquer atividades decorrentes da vida escolar e, não sendo possível ou suficiente a reparação, indemnizar os lesados relativamente aos prejuízos causados.
- bb) Ser, diariamente, portador do cartão de estudante e utilizá-lo no pagamento dos serviços prestados pela escola;
- cc) Não ser portador de skates, patins, monociclos ou congéneres, dentro do recinto escolar, salvo autorização superior.

Artigo 87.º

Violação dos deveres dos alunos

1. Quando o aluno não respeitar o estabelecido na alínea c) do artigo 86.º do presente regulamento, deverá o professor, atendendo à especificidade da sua disciplina, proceder ao seu próprio registo e sempre que o aluno reincida no incumprimento, o professor averbará falta ao aluno assinalando-a com a letra M, sendo esta equiparada, para todos os efeitos, a falta de presença.
2. Quando o aluno não comparecer, na sala de aula, até ao segundo toque, violando o disposto na alínea b) do artigo 86.º do presente regulamento, deverá o professor averbar falta ao aluno assinalando-a com a letra A.

3. Sempre que se verificarem as situações previstas nos números 1 e 2, deverá o diretor de turma convocar o encarregado de educação, pelo meio mais expedito, a fim de o alertar para o efeito das mesmas no processo de ensino e aprendizagem.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, deverá o professor ponderar o efeito dos incumprimentos acima referidos na avaliação do aluno.
5. Quando o aluno não respeitar o estabelecido na alínea m) do artigo 86.º, deverá o mesmo ser responsabilizado pela reparação do dano, podendo ainda ser aplicada a medida corretiva prevista no número 5 do artigo 98.º.
6. Sempre que o aluno não respeite o estabelecido na alínea t) do artigo 86.º, ser-lhe-á aplicada a medida corretiva prevista no número 5 do artigo 98.º), procedendo-se à marcação da respetiva falta e à comunicação escrita ao diretor de turma, informando este o encarregado de educação.
7. Durante a realização de provas de avaliação, a infração ao disposto na alínea u) do artigo 104º, implicará a anulação das mesmas.
8. Sempre que o aluno não respeite o estabelecido nas alíneas u), v) e w) do artigo 86.º, deverá o elemento da comunidade educativa que observe a infração proceder a uma comunicação escrita ao diretor de turma e/ou diretor, que adotará os procedimentos tidos por convenientes.
9. Sempre que o aluno não respeite o preceituado na alínea cc) do artigo 86.º, deverá o docente ou o assistente operacional participar por escrito ao diretor de turma, que comunicará ao encarregado de educação.

Secção III

Processo Individual

Artigo 88.º

Processo Individual do aluno

1. O processo individual do aluno acompanha-o ao longo de todo o seu percurso escolar, sendo devolvido aos pais ou encarregado de educação ou, se maior de idade, ao aluno, no termo da escolaridade obrigatória.
2. São registadas no processo individual do aluno as informações relevantes do seu percurso educativo, designadamente as relativas a comportamentos meritórios e a medidas disciplinares sancionatórias aplicadas e seus efeitos, bem como as situações, atividades, medidas de recuperação e/ou corretivas decorrentes da ultrapassagem dos limites de faltas injustificadas.
3. O processo individual do aluno constitui-se como registo exclusivo em termos disciplinares, podendo ser acedido, nos termos do número 4 e 5 do artigo 11º do EAEE, junto dos serviços de administração escolar no horário normal de funcionamento.
4. As informações contidas no processo individual do aluno referentes a matéria disciplinar e de natureza pessoal e familiar são estritamente confidenciais, encontrando-se vinculados ao dever de sigilo todos os membros da comunidade educativa que a elas tenham acesso.

Secção IV

Dever de assiduidade

Artigo 89.º

Frequência e assiduidade

1. Para além do dever de frequência da escolaridade obrigatória, os alunos, bem como os pais/encarregados de educação dos alunos menores de idade, são responsáveis pelo cumprimento dos deveres de assiduidade e pontualidade.
2. O dever de assiduidade e pontualidade implica para o aluno a presença e a pontualidade na sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar munido do material didático ou equipamento necessários, de acordo com as orientações dos professores, bem como uma atitude de empenho intelectual e comportamental adequada, em função da sua idade, ao processo de ensino.
3. A falta é a ausência do aluno a uma aula ou a outra atividade de frequência obrigatória ou facultativa caso tenha havido lugar a inscrição, a falta de pontualidade ou a comparência sem o material didático ou equipamento necessários, nos termos estabelecidos no presente Regulamento Interno.
4. Decorrendo as aulas em tempos consecutivos, há tantas faltas quantos os tempos de ausência do aluno.

Artigo 90.º

Dispensa da atividade física

- 1 - O aluno pode ser dispensado temporariamente das atividades de educação física ou desporto escolar por razões de saúde, devidamente comprovadas por atestado médico, que deve explicitar claramente as contraindicações da atividade física.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o aluno deve estar sempre presente no espaço onde decorre a aula de educação física.
- 3 - Sempre que, por razões devidamente fundamentadas, o aluno se encontre impossibilitado de estar presente no espaço onde decorre a aula de educação física deve ser encaminhado para um espaço em que seja pedagogicamente acompanhado.

Artigo 91.º

Justificação de faltas

- 1 - São consideradas justificadas as faltas dadas pelos seguintes motivos:
 - a) Doença do aluno, devendo esta ser informada por escrito pelo encarregado de educação ou pelo aluno quando maior de idade quando determinar um período inferior ou igual a três dias úteis, ou por médico se determinar impedimento superior a três dias úteis, podendo, quando se trate de doença de carácter crónico ou recorrente, uma única declaração ser aceite para a totalidade do

ano letivo ou até ao termo da condição que a determinou;

- b)** Isolamento profilático, determinado por doença infetocontagiosa de pessoa que coabite com o aluno, comprovada através de declaração da autoridade sanitária competente;
- c)** Falecimento de familiar, durante o período legal de justificação de faltas por falecimento de familiar previsto no regime do contrato de trabalho dos trabalhadores que exercem funções públicas;
- d)** Nascimento de irmão, durante o dia do nascimento e o dia imediatamente posterior;
- e)** Realização de tratamento ambulatorio, em virtude de doença ou deficiência, que não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas;
- f)** Assistência na doença a membro do agregado familiar, nos casos em que, comprovadamente, tal assistência não possa ser prestada por qualquer outra pessoa;
- g)** Comparência a consultas pré-natais, período de parto e amamentação, nos termos da legislação em vigor;
- h)** Ato decorrente da religião professada pelo aluno, desde que o mesmo não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas e corresponda a uma prática comumente reconhecida como própria dessa religião;
- i)** Participação em atividades culturais e desportivas reconhecidas, nos termos da lei, como de interesse público ou consideradas relevantes pelas respetivas autoridades escolares;
- j)** Preparação e participação em atividades desportivas de alta competição, nos termos legais aplicáveis;
- k)** Cumprimento de obrigações legais que não possam efetuar-se fora do período das atividades letivas;
- l)** Outro facto impeditivo da presença na escola ou em qualquer atividade escolar, desde que, comprovadamente, não seja imputável ao aluno e considerado atendível pelo diretor ou pelo diretor de turma;
- m)** As decorrentes de suspensão preventiva aplicada no âmbito de procedimento disciplinar, no caso de ao aluno não vir a ser aplicada qualquer medida disciplinar sancionatória, lhe ser aplicada medida não suspensiva da escola, ou na parte em que ultrapassem a medida efetivamente aplicada;
- n)** Participação em visitas de estudo previstas no plano de atividades da escola, relativamente às disciplinas ou áreas disciplinares não envolvidas na referida visita;

2 - A justificação das faltas exige um pedido escrito apresentado pelos pais ou encarregados de educação ou, quando maior de idade, pelo próprio, ao diretor de turma, com indicação do dia e da atividade letiva em que a falta ocorreu, referenciando os motivos justificativos da mesma na caderneta escolar, tratando-se de aluno do ensino básico, ou em impresso próprio, tratando-se de aluno do ensino secundário.

3 - O diretor de turma pode solicitar aos pais ou encarregado de educação, ou ao aluno maior de idade, os comprovativos adicionais que entenda necessários à justificação da falta, devendo, igualmente, qualquer

entidade que para esse efeito for contatada, contribuir para o correto apuramento dos factos.

- 4 - A justificação da falta deve ser apresentada previamente, sendo o motivo previsível, ou, nos restantes casos, até ao 3.º dia útil subsequente à verificação da mesma.
- 5 - Nas situações de ausência justificada às atividades escolares, o aluno tem o direito a beneficiar de medidas, conducentes à recuperação das aprendizagens em falta, nomeadamente através da plataforma Moodle, videoconferências, protocolos e outras consideradas adequadas a cada aluno/situação.
- 6 - No caso de ausência, por suspensão preventiva e em função da decisão final de procedimento disciplinar, o aluno tem direito a beneficiar de medidas conducentes à recuperação das aprendizagens

Artigo 92.º

Faltas Injustificadas

- 1 - As faltas são injustificadas quando:
 - a) Não tenha sido apresentada justificação, nos termos do artigo anterior;
 - b) A justificação tenha sido apresentada fora do prazo;
 - c) A justificação não tenha sido aceite;
 - d) A marcação da falta resulte da aplicação da ordem de saída da sala de aula ou de medida disciplinar sancionatória.
- 2 - Na situação prevista na alínea c) do número anterior, a não aceitação da justificação apresentada deve ser fundamentada de forma sintética.
- 3 - As faltas injustificadas são comunicadas aos pais ou encarregados de educação, ou ao aluno maior de idade, pelo diretor de turma, no prazo máximo de três dias úteis, pelo meio mais expedito.

Artigo 93.º

Excesso grave de faltas

- 1 - Em cada ano letivo as faltas injustificadas não podem exceder o dobro do número de tempos letivos semanais por disciplina, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 2 - Nas ofertas formativas profissionalmente qualificantes, designadamente nos cursos profissionais, ou noutras ofertas formativas que exigem níveis mínimos de cumprimento da respetiva carga horária, o aluno encontra-se na situação de excesso de faltas quando ultrapassa os limites de faltas justificadas e ou injustificadas daí decorrentes, relativamente a cada disciplina, módulo, unidade ou área de formação, nos termos previstos na regulamentação própria.
- 3 - Quando for atingido metade dos limites de faltas previstos nos números anteriores, os pais ou o encarregado de educação ou o aluno maior de idade são convocados à escola, pelo meio mais expedito, pelo diretor de turma ou pelo professor que desempenhe funções equiparadas.
- 4 - A notificação referida no número anterior tem como objetivo alertar para as consequências da violação do limite de faltas e procurar encontrar uma solução que permita garantir o cumprimento efetivo do dever de

assiduidade.

- 5 - Caso se revele impraticável o referido nos números anteriores, por motivos não imputáveis à escola, e sempre que a gravidade especial da situação o justifique, a respectiva comissão de proteção de crianças e jovens em risco deve ser informada do excesso de faltas do aluno menor de idade, assim como dos procedimentos e diligências até então adotados pela escola e pelos encarregados de educação, procurando em conjunto soluções para ultrapassar a sua falta de assiduidade.

Artigo 94.º

Efeitos da ultrapassagem dos limites de faltas

- 1 - A ultrapassagem dos limites de faltas injustificadas previstos no n.º 1 do artigo anterior constitui uma violação dos deveres de frequência e assiduidade e obriga o aluno faltoso ao cumprimento de medidas de recuperação e ou corretivas específicas.
- 2 - A ultrapassagem dos limites de faltas previstos nas ofertas formativas a que se refere o n.º 2 do artigo anterior constitui uma violação dos deveres de frequência e assiduidade e tem para o aluno as consequências estabelecidas na regulamentação específica da oferta formativa em causa
- 3 - O previsto nos números anteriores não exclui a responsabilização dos pais ou encarregados de educação do aluno, designadamente, nos termos dos artigos 44.º e 45.º do Estatuto do Aluno e Ética Escolar.
- 4 - Todas as situações, atividades, medidas ou suas consequências previstas no presente artigo são obrigatoriamente comunicadas, pelo meio mais expedito, ao encarregado de educação ou ao aluno, quando maior de idade, ao diretor de turma e ao professor tutor do aluno, sempre que designado, e registadas no processo individual do aluno.
- 5 - A ultrapassagem do limite de faltas relativamente às atividades de apoio ou complementares de inscrição ou de frequência facultativa implica a imediata exclusão do aluno das atividades em causa.

Artigo 95.º

Medidas de Recuperação

- 1 - Independentemente da modalidade de ensino frequentada, a violação dos limites de faltas previstos no artigo 93.º determina o cumprimento de atividades que permitam recuperar atrasos na aprendizagem pelas quais os alunos e os seus encarregados de educação são corresponsáveis.
- 2 - As atividades de recuperação da aprendizagem, quando a elas houver lugar, são decididas pelos professores das disciplinas em que foi ultrapassado o limite de faltas, de acordo com as regras constantes dos números seguintes aprovadas pelo Conselho Pedagógico.
- 3 - As atividades de recuperação de atrasos na aprendizagem podem revestir forma oral, prática ou escrita, de acordo com a situação específica do aluno e a natureza da disciplina. Estas atividades ocorrem após a verificação do excesso de faltas e apenas podem ser aplicadas uma única vez no decurso de cada ano

letivo.

- 4 - O disposto no número anterior é aplicado independentemente do ano de escolaridade ou do número de disciplinas em que se verifique a ultrapassagem do limite de faltas.
- 5 - O Diretor de Turma articula com o(s) professor(es) da(s) disciplina(s), em causa, a decisão e o momento em que as atividades de recuperação são realizadas, bem como as matérias a trabalhar nas mesmas, as quais se confinarão às tratadas nas aulas cuja ausência originou a situação de excesso de faltas.
- 6 - Compete ao Diretor da Turma informar o aluno, o(a) Encarregado(a) de Educação e a Direção da Escola sobre o(s) dia(s), hora(s), local, tipo de atividades de recuperação e conteúdos do programa curricular a desenvolver, utilizando para o efeito os registos normalizados da ESAM.
- 7 - Sempre que cesse o incumprimento do dever de assiduidade por parte do aluno, são desconsideradas as faltas em excesso.
- 8 - Cessa o dever de cumprimento das atividades e medidas a que se refere o presente artigo, com as consequências daí decorrentes para o aluno, de acordo com a sua concreta situação, sempre que para o cômputo do número e limites de faltas nele previstos tenham sido determinantes as faltas registadas na sequência da aplicação de medida corretiva de ordem de saída da sala de aula ou disciplinar sancionatória de suspensão.

Artigo 96.º

Incumprimento ou ineficácia das medidas

- 1 - O incumprimento das medidas previstas no artigo anterior ou a sua ineficácia determinam, tratando-se de aluno menor de 18 anos, a comunicação obrigatória do facto à respetiva comissão de proteção de crianças e jovens, de forma a procurar encontrar, com a colaboração da escola e, sempre que possível, com a autorização e corresponsabilização dos pais ou encarregados de educação, uma solução adequada ao processo formativo do aluno e à sua inserção social e socioprofissional, considerando, de imediato, a possibilidade de encaminhamento do aluno para diferente percurso formativo.
- 2 - A opção a que se refere o número anterior tem por base as medidas definidas na lei sobre o cumprimento da escolaridade obrigatória, podendo, na iminência de abandono escolar, ser aplicada a todo o tempo, sem necessidade de aguardar pelo final do ano escolar.
- 3 - Tratando-se de aluno com idade superior a 12 anos que já frequentou, no ano letivo anterior, o mesmo ano de escolaridade, poderá haver lugar, até final do ano letivo em causa e por decisão do diretor, à prorrogação da medida corretiva aplicada nos termos do artigo anterior.
- 4 - Quando a medida a que se referem os n.ºs 1 e 2 não for possível ou o aluno for encaminhado para oferta formativa diferente da que frequenta e o encaminhamento ocorra após 31 de janeiro, o não cumprimento das atividades e ou medidas previstas no artigo anterior ou a sua ineficácia por causa não imputável à escola determinam ainda, logo que determinado pelo conselho de turma:
 - a) A retenção no ano de escolaridade em curso, no caso de frequentarem o ensino básico, ou a exclusão na disciplina ou disciplinas em que se verifique o excesso de faltas, tratando-se de alunos do ensino secundário, sem prejuízo da obrigação de frequência da escola até final do ano letivo e até perfazerem os

18 anos de idade, ou até ao encaminhamento para o novo percurso formativo, se ocorrer antes.

- 5 - Nas ofertas formativas profissionalmente qualificantes, designadamente nos cursos profissionais ou noutras ofertas formativas que exigem níveis mínimos de cumprimento da respetiva carga horária, o incumprimento ou a ineficácia das medidas previstas no artigo 95.º implica, independentemente da idade do aluno, a exclusão dos módulos ou unidades de formação das disciplinas ou componentes de formação em curso no momento em que se verifica o excesso de faltas, com as consequências previstas na regulamentação específica e definidas no regulamento interno da escola.
- 6 - As atividades a desenvolver pelo aluno decorrentes do dever de frequência no horário da turma ou das disciplinas de que foi retido ou excluído são definidas no presente Regulamento.
- 7 - O incumprimento ou a ineficácia das medidas e atividades referidas no presente artigo implica também restrições à realização de provas de equivalência à frequência ou de exames, sempre que tal se encontre previsto em regulamentação específica.
- 8 - O incumprimento reiterado do dever de assiduidade e ou das atividades a que se refere o número anterior pode dar ainda lugar à aplicação de medidas disciplinares sancionatórias previstas no presente Regulamento Interno.

Capítulo VI

Disciplina

Secção I

Medidas Disciplinares

Subsecção I

Determinação das medidas disciplinares

Artigo 97.º

Medidas disciplinares corretivas

- 1 - As medidas corretivas prosseguem finalidades pedagógicas, dissuasoras e de integração, assumindo uma natureza eminentemente preventiva.
- 2 - São medidas corretivas, sem prejuízo de outras que, obedecendo ao disposto no número anterior, venham a estar contempladas no regulamento interno da escola:
 - a) A advertência;
 - b) A ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar;
 - c) A realização de tarefas e atividades de integração na escola ou na comunidade, podendo para o efeito ser aumentado o período diário e ou semanal de permanência obrigatória do aluno na escola ou no local onde decorram as tarefas ou atividades, nos termos previstos no artigo seguinte;
 - d) Condicionamento no acesso a certos espaços escolares ou na utilização de certos materiais e equipamentos, sem prejuízo dos que se encontrem afetos a atividades letivas;

e) A mudança de turma.

- 3 - A advertência consiste numa chamada verbal de atenção ao aluno, perante um comportamento perturbador do funcionamento normal das atividades escolares ou das relações entre os presentes no local onde elas decorrem, com vista a alertá-lo para que deve evitar tal tipo de conduta e a responsabilizá-lo pelo cumprimento dos seus deveres como aluno.
- 4 - Na sala de aula a advertência é da exclusiva competência do professor, cabendo, fora dela, a qualquer professor ou membro do pessoal não docente.
- 5 - A ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar é da exclusiva competência do professor respetivo e implica a marcação de falta injustificada ao aluno e a permanência do aluno na escola.
- 6 - A aplicação no decurso do mesmo ano letivo e ao mesmo aluno da medida corretiva de ordem de saída da sala de aula pela terceira vez, por parte do mesmo professor, ou pela quinta vez, independentemente do professor que a aplicou, implica a análise da situação em conselho de turma, tendo em vista a identificação das causas e a pertinência da proposta de aplicação de outras medidas disciplinares corretivas ou sancionatórias.
- 7 - A aplicação das medidas corretivas previstas nas alíneas c), d) e e) do n.º 2 é da competência do diretor da escola que, para o efeito, pode ouvir o diretor de turma ou o professor da turma a que o aluno pertença, bem como o professor tutor ou o gabinete de integração e apoio.
- 8 - O disposto no número anterior é aplicável, com as devidas adaptações, à aplicação e posterior execução da medida corretiva prevista na alínea d) do n.º 2, a qual não pode ultrapassar o período de tempo correspondente a um ano escolar.
- 9 - A aplicação das medidas corretivas previstas no n.º 2 é comunicada aos pais ou ao encarregado de educação, tratando-se de aluno menor de idade.

Artigo 98.º

Atividades de integração na escola ou na comunidade

- 1 - O cumprimento por parte do aluno da medida corretiva prevista na alínea c) do número 2 do artigo anterior obedece, ainda, ao disposto nos números seguintes.
- 2 - O cumprimento das medidas corretivas realiza-se em período suplementar ao horário letivo, no espaço escolar ou fora dele, neste caso com acompanhamento dos pais ou encarregados de educação ou de entidade local ou localmente instalada idónea e que assuma coresponsabilizar-se, nos termos a definir em protocolo escrito celebrado nos termos previstos no regulamento interno da escola.
- 3 - O cumprimento das medidas corretivas realiza-se sempre sob supervisão da escola, designadamente, através do diretor de turma, do professor tutor e ou da equipa de integração e apoio.
- 4 - O previsto no n.º 2 não isenta o aluno da obrigação de cumprir o horário letivo da turma em que se encontra inserido ou de permanecer na escola durante o mesmo.

5. Sem embargo de outras medidas julgadas especialmente adequadas e propostas pelo conselho de turma, as atividades de integração escolar devem, sempre que possível, incluir a reparação de eventuais danos materiais provocados pelo aluno, sem prejuízo do disposto no artigo 43º, número 2, alínea l) do EAEE e compreendem:
- a. Condicionamento ou inibição, total ou parcial, da saída dos alunos das instalações escolares durante os intervalos, ainda que com permissão escrita dos encarregados de educação;
 - b. Limpeza de instalações e mobiliário, sob orientação de um assistente operacional;
 - c. Execução de pequenas reparações de equipamento ou instalações, sob a orientação de um assistente operacional;
 - d. Elaboração de trabalhos escolares sobre temas a especificar, a realizar no centro de recursos, ou em local a determinar e poderão ter a seguinte duração:
 - i. Uma unidade letiva;
 - ii. Uma unidade letiva durante duas semanas;
 - iii. Duas unidades letivas durante duas semanas;
 - e. Execução de tarefas de utilidade para o funcionamento da turma;
 - f. Execução de tarefas de utilidade pública na comunidade envolvente.

Artigo 99.º

Medidas disciplinares Sancionatórias

1. As medidas disciplinares sancionatórias traduzem uma sanção disciplinar imputada ao comportamento do aluno, devendo a ocorrência dos factos suscetíveis de configurar ser participada de imediato pelo professor ou funcionário que a presenciou ou dela teve conhecimento à direção do agrupamento de escolas ou escola não agrupada com conhecimento ao diretor de turma e ao professor tutor ou à equipa de integração e apoios ao aluno.
2. São medidas disciplinares sancionatórias:
- a) A repreensão registada;
 - b) A suspensão até três dias úteis;
 - c) A suspensão da escola entre quatro e doze dias úteis;
 - d) A transferência de escola;
 - e) A expulsão da escola.
3. A aplicação da medida disciplinar sancionatória de repreensão registada, quando a infração for praticada na sala de aula, é da competência do professor respetivo, competindo ao diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada nas restantes situações, averbando-se no respetivo processo individual do aluno a identificação do autor do ato decisório, data em que o mesmo foi proferido e fundamentação de facto e de direito de tal decisão.

4. A suspensão até três dias úteis, enquanto medida dissuasora, é aplicada, com a devida fundamentação dos factos que a suportam, pelo diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, após o exercício dos direitos de audiência e defesa do visado.
5. Compete ao diretor da escola, ouvidos os pais ou o encarregado de educação do aluno, quando menor de idade, fixar os termos e condições em que a aplicação da medida disciplinar sancionatória referida no número anterior é executada, garantindo ao aluno um plano de atividades pedagógicas a realizar, com responsabilização daqueles e podendo igualmente, se assim o entender, estabelecer eventuais parcerias ou celebrar protocolos ou acordos com entidades públicas ou privadas.
6. Sem prejuízo do preceituado no número anterior, poderá, ainda, o Diretor recorrer ao Serviço de Psicologia e Orientação, ao Núcleo de Ensino Especial, ao Centro de Recursos Educativos Azeredo Perdigão (BECREAP) e ao Gabinete de Apoio à Saúde do Adolescente (GASA).
7. Compete ao diretor a decisão de aplicar a medida disciplinar sancionatória de suspensão da escola entre quatro e doze dias úteis, precedida de procedimento disciplinar, podendo previamente ouvir o conselho de turma, para o qual deve ser convocado o professor tutor, quando exista e não seja professor da turma.
8. O não cumprimento do plano de atividades pedagógicas a que se refere o número 5, pode dar lugar à instauração de novo procedimento disciplinar, considerando-se a recusa circunstância agravante.
9. A aplicação da medida disciplinar sancionatória de transferência de escola compete, com possibilidade de delegação, ao diretor-geral da Educação, precedendo a conclusão de procedimento disciplinar, com fundamento na prática de factos notoriamente impeditivos do prosseguimento do processo de ensino dos restantes alunos da escola ou do normal relacionamento com algum ou alguns dos membros da comunidade educativa.
10. A medida disciplinar sancionatória de transferência de escola apenas é aplicada a aluno de idade igual ou superior a 10 anos e, frequentando o aluno a escolaridade obrigatória, desde que esteja assegurada a frequência de outro estabelecimento situado na mesma localidade ou na localidade mais próxima, desde que servida de transporte público ou escolar.
11. A aplicação da medida disciplinar de expulsão da escola compete, com possibilidade de delegação, ao diretor-geral da Educação precedendo conclusão de procedimento disciplinar e consiste na retenção do aluno no ano de escolaridade que frequenta quando a medida é aplicada e na proibição de acesso ao espaço escolar até ao final daquele ano escolar e nos dois anos escolares imediatamente seguintes.
12. A medida disciplinar de expulsão da escola é aplicada ao aluno maior quando, de modo notório, se constate não haver outra medida ou modo de responsabilização no sentido do cumprimento dos seus deveres como aluno.
13. Complementarmente às medidas previstas no n.º 2, compete ao diretor do agrupamento de escolas ou escola não agrupada decidir sobre a reparação dos danos ou a substituição dos bens lesados ou, quando aquelas não forem possíveis, sobre a indemnização dos prejuízos causados pelo aluno à escola ou a terceiros, podendo o valor da reparação calculado ser reduzido, na proporção a definir pelo diretor, tendo em conta o grau de responsabilidade do aluno e ou a sua situação socioeconómica.

Artigo 100.º

Cumulação de medidas disciplinares

- 1 - A aplicação das medidas corretivas previstas nas alíneas *a)* a *e)* do n.º 2 do artigo 99.º é cumulável entre si.
- 2 - A aplicação de uma ou mais das medidas corretivas é cumulável apenas com a aplicação de uma medida disciplinar sancionatória.
- 3 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, por cada infração apenas pode ser aplicada uma medida disciplinar sancionatória.
- 4 - Da aplicação de medida disciplinar corretiva ou sancionatória podem decorrer, ainda, as consequências referidas no número 2 do artº 99.º

Artigo 101.º

Equipas Multidisciplinares

- 1 - Compete ao diretor de turma e ou o professor-tutor do aluno, caso tenha sido designado, o acompanhamento do aluno na execução da medida corretiva ou disciplinar sancionatória a que foi sujeito, devendo aquele articular a sua atuação com os pais ou encarregados de educação e com os professores da turma, em função das necessidades educativas identificadas e de forma a assegurar a corresponsabilização de todos os intervenientes nos efeitos educativos da medida.
- 2 - Na prossecução das finalidades referidas no n.º1, a escola conta com a colaboração dos serviços especializados de apoio educativo e ou de equipas de integração e apoio ao aluno.
- 3 - As equipas multidisciplinares têm uma constituição diversificada, na qual participam docentes e técnicos detentores de formação especializada e ou de experiência/vocação para o exercício das demais funções previstas no EAEE.

Artigo 102.º

Valorização do mérito

1. Anualmente, serão atribuídos certificados de mérito aos alunos do terceiro ciclo do ensino básico, que reúnam cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Estejam inscritos pela primeira vez nesse ano;
 - b) A média aritmética das classificações não seja inferior a 4,5;
 - c) A avaliação em todas as áreas curriculares não disciplinares seja de Satisfaz Bem;
 - d) Não apresentem qualquer classificação inferior a 3.
2. Os alunos referidos no número anterior serão selecionados tendo em consideração atitudes e valores, após auscultação do respetivo conselho de turma.
3. Anualmente, serão atribuídos certificados de mérito aos melhores alunos do ensino secundário, que estejam inscritos na totalidade das disciplinas pela primeira vez e cuja média aritmética não seja inferior a 17,5 valores.

4. Os alunos referidos no número anterior serão selecionados com base na média aritmética simples, arredondada às décimas, da totalidade das disciplinas do ano em que estão inscritos, tendo em consideração atitudes e valores, após auscultação do respetivo conselho de turma.
5. Serão também atribuídos certificados de mérito aos alunos que se destaquem científica e culturalmente e que contribuam para a projeção da escola a nível nacional e internacional.
6. Serão ainda atribuídos certificados de mérito aos alunos que se destaquem pelo desempenho de ações meritórias em favor da comunidade.
7. As propostas de atribuição de certificados previstos no número anterior serão apresentadas por qualquer elemento da comunidade educativa ao diretor, que ponderará a sua atribuição, após auscultação do respetivo conselho de turma para o efeito convocado.
8. Não poderão ser atribuídos certificados de mérito aos alunos a quem tenham sido aplicadas as medidas previstas nos artigos 97.º, 98.º e 99.º do presente regulamento.

Artigo 103.º

Visitas de estudo

1. As visitas de estudo, devidamente inseridas no contexto curricular, terão a participação dos professores proponentes.
2. Da proposta de visita de estudo, a submeter à aprovação do Conselho Pedagógico, deverão constar o itinerário, os objetivos curriculares, as modalidades de avaliação, os alunos/turmas participantes e os respetivos professores acompanhantes, no mínimo de um docente por cada quinze alunos no ensino secundário e de um docente por cada doze alunos no 3º ciclo.
3. As visitas de estudo realizar-se-ão preferencialmente na última semana de aulas dos primeiro e segundo períodos letivos, mediante autorização escrita dos encarregados de educação dos alunos envolvidos e conhecimento prévio do conselho de turma.
4. A não comparência do aluno, numa visita de estudo, deverá ser justificada pelo Encarregado de Educação, ou pelo aluno quando maior de idade.
5. A avaliação das visitas de estudo será realizada em Conselho de Turma e no âmbito do(s) grupo(s) de recrutamento envolvido(s).

Artigo 104.º

Processo individual do aluno

1. O processo individual do aluno acompanha-o ao longo de todo o seu percurso escolar, sendo devolvido aos pais ou encarregado de educação ou, se maior de idade, ao aluno, no termo da escolaridade obrigatória, ou, não se verificando interrupção no prosseguimento de estudos, aquando da conclusão do ensino secundário.
2. São registadas no processo individual do aluno as informações relevantes do seu percurso educativo, designadamente as relativas a comportamentos meritórios e a medidas disciplinares sancionatórias aplicadas e seus efeitos.

3. O processo individual do aluno constitui-se como registo exclusivo em termos disciplinares.
4. As informações contidas no processo individual do aluno referentes a matéria disciplinar e de natureza pessoal e familiar são estritamente confidenciais, encontrando-se vinculados ao dever de sigilo todos os membros da comunidade educativa que a elas tenham acesso.

Artigo 105.º

Direitos do pessoal não docente

São direitos do pessoal não docente:

- a) Apresentar, individual ou coletivamente através dos seus representantes, sugestões que considere pertinentes;
- b) Ser ouvido aquando da distribuição de serviço;
- c) Auferir de ações de formação que concorram para o seu aperfeiçoamento profissional.

Artigo 106.º

Papel do pessoal não docente

- 1 - O pessoal não docente deve colaborar no acompanhamento e integração dos alunos na comunidade educativa, incentivando o respeito pelas regras de convivência, promovendo um bom ambiente educativo e contribuindo, em articulação com os docentes, os pais ou encarregados de educação, para prevenir e resolver problemas comportamentais e de aprendizagem.
- 2 - Aos técnicos de serviços de psicologia e orientação escolar e profissional, integrados ou não em equipas, incumbe ainda o papel especial de colaborar na identificação e prevenção de situações problemáticas de alunos e fenómenos de violência, na elaboração de planos de acompanhamento para estes, envolvendo a comunidade educativa.

Artigo 107.º

Assembleia de pessoal não docente

1. Sem prejuízo do disposto na alínea a) do artigo 105.º, o pessoal não docente tem direito a, reunido em assembleia não docente, emitir pareceres junto do diretor, que àquela presidirá.
2. A assembleia é convocada pelo diretor, por iniciativa deste ou a solicitação dos responsáveis pelos respetivos serviços, podendo aquela ser circunscrita apenas a um dos serviços.

Artigo 108.º

Deveres do pessoal não docente

São deveres do pessoal não docente:

- a) Colaborar no acompanhamento e integração dos alunos na comunidade educativa;
- b) Respeitar as regras de convivência, promovendo um bom ambiente educativo;
- c) Colaborar com os docentes e encarregados de educação para prevenir e resolver problemas

comportamentais e de aprendizagem;

- d) Observar as disposições constantes da legislação em vigor, das normas do presente regulamento e das instruções emanadas do órgão de gestão;
- e) Cumprir com rigor e eficácia as tarefas que lhe forem destinadas;
- f) Permanecer no local de trabalho, não se ausentando durante as horas de serviço;
- g) Respeitar as instruções do pessoal docente em tudo o que se relacionar com as aulas e outras atividades escolares;
- h) Ser diariamente portador do cartão eletrónico, utilizando-o para efeitos de controlo pontométrico e para pagamento de produtos e serviços prestados pela escola;
- i) Usar, quando em serviço, de forma visível a necessária identificação.

Artigo 109.º

Direitos e deveres dos pais

1. Aos pais e encarregados de educação incumbe, para além das suas obrigações legais, uma especial responsabilidade, inerente ao seu poder-dever de dirigirem a educação dos seus filhos e educandos, no interesse destes, e de promoverem ativamente o desenvolvimento físico, intelectual, psicológico, social e moral dos mesmos.
2. Nos termos da responsabilidade referida no número anterior, cada um dos pais e encarregados de educação tem direito a:
 - a) Acompanhar ativamente a vida escolar do seu educando;
 - b) Diligenciar para que o seu educando beneficie efetivamente dos seus direitos;
 - c) Contribuir para a criação e execução do projeto educativo e do regulamento interno da escola e participar na vida da escola;
 - d) Obter atempadamente informação dos factos invocados em processo disciplinar que incida sobre o seu educando;
 - e) Integrar ativamente a comunidade educativa no desempenho das demais responsabilidades desta, em especial informando-se, sendo informado e informando sobre todas as matérias relevantes no processo educativo dos seus educandos;
 - f) Comparecer na escola sempre que julgue necessário, preferencialmente com a observância do tempo disponibilizado pelo diretor de turma
3. Nos termos da responsabilidade referida no número um deste artigo, cada um dos pais e encarregados de educação tem o dever de:
 - a) Promover a articulação entre a educação na família e o ensino escolar;
 - b) Diligenciar para que o seu educando cumpra pontualmente os deveres que lhe incumbem, com destaque para os deveres de assiduidade, de correto comportamento escolar e de empenho no processo de aprendizagem;
 - c) Cooperar com os professores no desempenho da sua missão pedagógica em especial quando para tal

forem solicitados, colaborando no processo de ensino e aprendizagem dos seus educandos;

- d)** Contribuir para a preservação da disciplina da escola e para a harmonia da comunidade educativa, em especial quando para tal forem solicitados;
- e)** Contribuir para o correto apuramento dos factos em processo disciplinar que incida sobre o seu educando e, sendo aplicada a este medida disciplinar, diligenciar para que a mesma prossiga os objetivos de reforço da sua formação cívica do desenvolvimento equilibrado da sua personalidade da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa e do seu sentido de responsabilidade;
- f)** Contribuir para a preservação da segurança e integridade física e moral de todos os que participam na vida da escola;
- g)** Comparecer na escola sempre quando para tal for solicitado;
- h)** Conhecer o regulamento interno da escola e subscrever, fazendo subscrever igualmente aos seus filhos e educandos, a declaração anual de aceitação do mesmo e de compromisso ativo quanto ao seu cumprimento integral.

Artigo 110.º

Associação de Pais

Constituem direitos da associação de pais:

- a)** Participar, nos termos do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, na definição da política educativa da escola ou agrupamento;
- b)** Participar, nos termos da lei, na administração e gestão dos estabelecimentos de educação ou de ensino;
- c)** Reunir com órgãos de administração e gestão do estabelecimento de educação ou de ensino em que esteja inscrita a generalidade dos filhos e educandos dos seus associados, designadamente para acompanhar a participação dos pais nas atividades da escola;
- d)** Distribuir a documentação de interesse das associações de pais e afixá-la em locais destinados para o efeito no estabelecimento de educação ou de ensino;
- e)** Beneficiar de apoio documental a facultar pelo estabelecimento de educação ou ensino ou pelos serviços competentes do Ministério da Educação;
- f)** Reunir nas instalações da escola solicitando, para o efeito, a cedência das mesmas.

CAPÍTULO VII

OUTRAS DISPOSIÇÕES

Artigo 111.º

Acesso e utilização de instalações pela comunidade escolar

1. O acesso à escola é permitido mediante a apresentação de cartão de identificação da escola.
2. O acesso de veículos será permitido em moldes a definir anualmente pelo diretor.
3. Em períodos não letivos, a utilização das instalações será permitida, mediante autorização prévia do diretor. A autorização deverá ser requerida com a antecedência mínima de 48 horas.
4. Os utilizadores responsabilizar-se-ão pela reparação dos danos causados e estarão sujeitos a todas as regras em vigor na escola.

Artigo 112.º

Acesso e utilização de instalações por outros elementos não pertencentes à comunidade escolar

1. O acesso às instalações de pessoas não pertencentes à comunidade escolar é permitido mediante a apresentação de bilhete de identidade e indicação do serviço a que se dirigem.
2. O serviço de almoços destina-se a toda a comunidade escolar, bem como a outras pessoas em serviço na escola e ainda aos familiares de docentes e não docentes.
3. A Escola poderá facultar as suas instalações, nos termos do protocolado com a Parque Escolar.

CAPÍTULO VIII

SUPORTES INFORMÁTICOS

Artigo 113.º

Atas

Para além dos registos magnéticos ou informáticos, as atas deverão ter suportes escritos, serem devidamente datadas, numeradas e autenticadas, página a página, pelo presidente e secretário dos respetivos órgãos e delas deve constar o que de essencial se tiver passado nas reuniões, designadamente a ordem de trabalhos e o resultado das deliberações.

Artigo 114.º

Cartão eletrónico

1. O cartão eletrónico é pessoal e intransmissível e permite o acesso à escola e a obtenção de serviços e produtos oferecidos pela mesma.
2. Em caso de extravio, furto ou outra situação anómala com o referido cartão, deverá o utente comunicar, de imediato, o facto aos serviços administrativos a fim de se proceder ao seu cancelamento.
3. A escola não assumirá qualquer responsabilidade pelo uso ilícito do referido cartão.

4. As quantias não utilizadas pelo utente serão restituídas no final do ano letivo, a seu pedido, quando terminar o vínculo à escola.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 115.º

Revisão do regulamento

O presente regulamento pode ser revisto ordinariamente quatro anos após a sua aprovação e, extraordinariamente, a todo tempo por deliberação do conselho geral, votada por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções.

Artigo 116.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no 5.º dia posterior à aprovação referida no artigo anterior.

Artigo 117.º

Normas supletivas

Os direitos e deveres constantes do capítulo V do presente regulamento não excluem quaisquer outros previstos nos normativos em vigor.

ESCOLA SECUNDÁRIA ALVES MARTINS

Desde 1849 ao Serviço do Ensino Público em Viseu



Anexo I

Coordenador de Departamento/Coordenador de disciplina/Coordenador de ano			
Departamentos Curriculares	Grupo de Recrutamento	Componente letiva	Artigo 79º do ECD
Língua Românicas e Clássicas	300, 320 e 350	conforme o preceituado na lei	conforme o preceituado na lei
Línguas Germânicas	330 e 340	conforme o preceituado na lei	conforme o preceituado na lei
História	400	conforme o preceituado na lei	conforme o preceituado na lei
Filosofia	410 e 290	conforme o preceituado na lei	conforme o preceituado na lei
Geografia	420	conforme o preceituado na lei	conforme o preceituado na lei
Economia e Contabilidade	430	conforme o preceituado na lei	conforme o preceituado na lei
Matemática	500, 530 e 550	conforme o preceituado na lei	conforme o preceituado na lei
Física e Química	510	conforme o preceituado na lei	conforme o preceituado na lei
Biologia e Geologia	520	conforme o preceituado na lei	conforme o preceituado na lei
Artes Visuais	600	conforme o preceituado na lei	conforme o preceituado na lei
Educação Física	620, 910, 920 e 930	conforme o preceituado na lei	conforme o preceituado na lei

ESCOLA SECUNDÁRIA ALVES MARTINS

Desde 1849 ao Serviço do Ensino Público em Viseu



Anexo II
Modelo 1

CONSELHO GERAL

Lista: ____; Recebida em: ____ / ____ / ____; Afixada em: ____ / ____ / ____.

O Diretor: _____

CANDIDATOS – PESSOAL DOCENTE

Nome	Categoria	Grupo	Efec./Supl.	Assinatura

PROPONENTES

Nome	Grupo	Assinatura

ESCOLA SECUNDÁRIA ALVES MARTINS

Desde 1849 ao Serviço do Ensino Público em Viseu



Anexo III

Modelo 2

CONSELHO GERAL

Lista: _____; Recebida em: ____ / ____ / ____; Afixada em: ____ / ____ / ____.

O Diretor: _____

CANDIDATOS – PESSOAL NÃO DOCENTE

Nome	Categoria	Efec./Supl.	Assinatura

PROPONENTES

Nome	Categoria	Assinatura

ESCOLA SECUNDÁRIA ALVES MARTINS

Desde 1849 ao Serviço do Ensino Público em Viseu



ANEXO IV
Modelo 3

CONSELHO GERAL

Lista: _____; Recebida em: ____ / ____ / ____; Afixada em: ____ / ____ / ____.

O Diretor: _____

CANDIDATOS – ALUNOS

Nome	Efect./Supl.	ano/turma	1.ª vez	Assinatura

PROPONENTES

Nome	Ano/turma	Assinatura